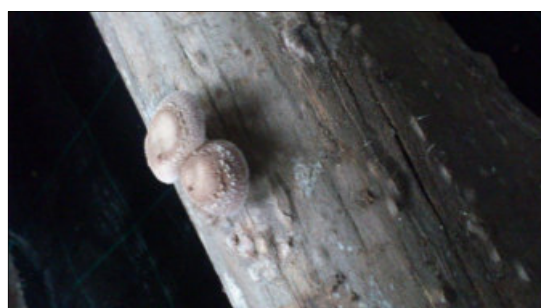


DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES e AUTOAVALIAÇÃO



2018

ÍNDICE

PARTE I	INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO	4
I.1.	Introdução	4
I.2.	Análise de conjuntura da área de atuação	4
I.3.	Rendimento da atividade agrícola em 2018	11
I.4.	A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte – orientações gerais e específicas	12
I.4.1.	Atribuições	14
I.4.2.	Orientações estratégicas	14
I.4.3.	Objetivos a atingir	14
I.5.	Enquadramento estratégico e alinhamento do nível estratégico versus nível político	14
1.5.1.	Clientes /Beneficiários/Trabalhadores em funções públicas	15
1.5.2.	Objetivos estratégicos	15
1.5.3.	Alinhamento dos níveis estratégico e operacional com a política pública	16
PARTE II	AUTOAVALIAÇÃO	17
II.1.	QUAR 2018 – resultados e desvios	17
II.1.1.	Avaliação global da estratégia definida ao nível do QUAR	17
II.1.2.	Breve análise de realização dos objetivos estratégicos e operacionais, e dos indicadores	19
II.1.3.	Considerações acerca da execução das atividades realizadas e prossecução dos objetivos	23
II.1.4.	Avaliação das Unidades Homogéneas – Delegações, Divisões de Controlo e Divisões de Investimento	35
II.1.5.	Monitorizações e alterações	36
II.2.	Plano de Atividades – análise dos resultados	36
II.3.	Ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes	36
II.4.	Comparação com o desempenho de serviços idênticos	36
II.5.	O Plano De Gestão de Riscos e Infrações Conexas - sua monitorização	37
II.6.	Avaliação do Sistema de Controlo Interno	37
II.7.	Novo Regulamento Geral da Proteção de Dados	37
II.8.	Audição dos trabalhadores e dirigentes intermédios	38

II.9.	Apreciação pelos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados	45
PARTE III	MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA	46
PARTE IV	RECURSOS AFETOS	47
IV.1.	Recursos humanos	47
IV.2.	Recursos financeiros	48
PARTE V	SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA	49
V.1.	Apuramento dos resultados do Plano de Atividades	49
PARTE VI	SÚMULA DO BALANÇO SOCIAL	49
PARTE VII	INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	49
PARTE VIII	AVALIAÇÃO FINAL	49
VIII.1.	Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados	49
VIII.2.	Breve análise sobre a execução global do Plano de Atividades e seu reflexo na articulação com os objetivos da política pública	50
VIII.3.	Proposta de menção qualitativa pelo Dirigente Máximo do serviço	50
VIII.4.	Conclusões Prospetivas	51
PARTE IX	ANEXOS	51

PARTE I – INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

I.1. Introdução

O presente relatório reflete a atividade desenvolvida pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) no ano de 2018, tendo presente as medidas de política pública consagrada nas Grandes Opções do Plano para 2016-2019 e no Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019. Neste documento efetua-se uma análise dos resultados atingidos face aos objetivos definidos, dos recursos humanos e financeiros disponibilizados para a prossecução das atividades ora planeadas no Plano de Atividades e, por último, ações concretizadas e resultados alcançados face ao previsto no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) aprovado. Por outro lado, realiza-se a avaliação e monitorização do Sistema de Controlo Interno que inclui o acompanhamento pelas Unidades Orgânicas do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas.

Este documento foi elaborado de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro (D.R. nº 225, I série), que determina a obrigatoriedade da sua apresentação para todos os serviços e organismos da administração pública central, conjugado com o artigo 7º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro (D.R. nº 12, I série A), alterada pela Lei nº 51/2005, de 30 de agosto (D.R. nº.166, I série A) e pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro (D.R. nº. 244, I série); por outro lado, acolhe as diretrizes da gestão por objetivos aprovados pelo SIADAP, Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro (D.R. nº 250, I Série, 1º Suplemento). São parte integrante do presente relatório, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 8º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro (D.R. nº 250, I Série, 1º suplemento) - (SIADAP), a Autoavaliação do serviço e o Balanço Social.

I.2. Análise de conjuntura da área de atuação

O Território

A região Norte, unidade territorial de nível II, encontra-se dividida em 8 NUT III (Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro e Alto Trás-os-Montes), abrange 9 distritos, 86 municípios, possui uma área de 21.286 Km², densidade populacional de 168,4 habitantes / km² e a população residente de 3.576.205 (31.12.2017), o que equivale a cerca de 34,75% da população do País. Comparativamente à média nacional (111,8 habitantes/km²), possui uma elevada densidade populacional; os seus habitantes residem em 54 cidades estatísticas e 202 vilas¹. A proporção da população da NUTII Norte residente em cidades estatísticas é cerca de 34,4 %.

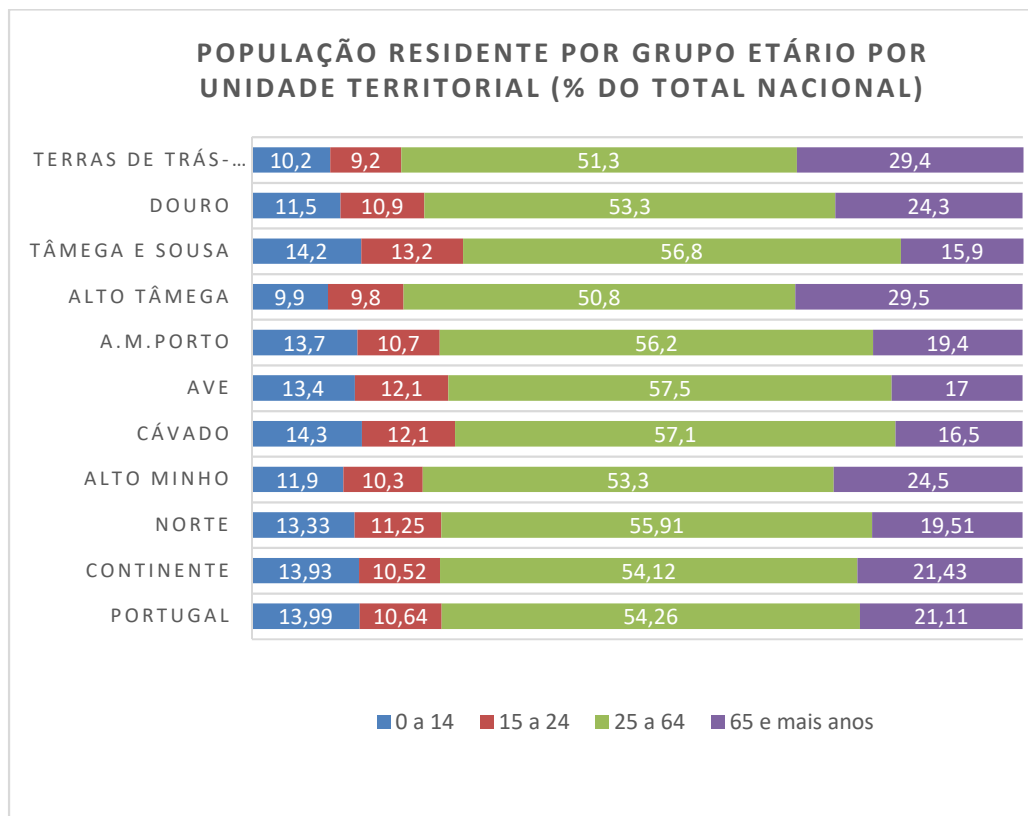
As Pessoas e a sua dinâmica no território

A densidade populacional no território e a respetiva distribuição por grupo etário apresenta uma elevada variação entre as Unidades Territoriais. No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição da população residente por grupo etário, por NUTSII, em 31.12.2017², expresso em % do respetivo total nacional.

¹ INE, As Pessoas, 2017, edição 2019.

² INE, Estatísticas Demográficas, Estimativas Provisórias de População Residente.

Gráfico 1 – População residente (% do total nacional) por grupo etário por NUT III (INE, 2017)



Analisando o gráfico verifica-se que a Região Norte concentra cerca de 25% da população jovem de Portugal. Entre as unidades territoriais, a NUTIII Tâmega e Sousa é a que reúne um valor mais elevado de população jovem residente (27,4%), superando a Área Metropolitana do Porto (24,4%) e o valor registado em Portugal (24,6%). Relativamente à proporção de pessoas idosas (população com 65 ou mais anos de idade), as NUTIII Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes são as unidades territoriais que possuem maior proporção de residentes idosos, comparativamente com os valores do país e do Norte. No entanto, na unidade territorial Tâmega e Sousa, a proporção de residentes idosos é menor (15,9%), comparativamente com a NUTII Norte (19,5%) e com o País (21,1%).

De um modo geral, em Portugal, entre 2012 e 2016, manteve-se a tendência de envelhecimento demográfico como consequência da queda da natalidade, do aumento da longevidade e de saldos migratórios negativos registados até 2016. Em 2017, a população residente em Portugal era composta por 13,8% de jovens, 64,7% de pessoas em idade ativa e 21,5% de idosos. O índice de envelhecimento em Portugal, em 2017, era de 155,4 pessoas idosas por cada 100 jovens e no Norte de 153,3³.

Na região Norte, a proporção da população em idade ativa (66,9%), na população total, superou o valor nacional (64,7%). Estas alterações na estrutura etária da população têm influência no grau de envelhecimento e na dependência

³ Anuário Estatístico de Portugal: 2017, edição 2018

das populações: no Continente, o índice de dependência de idosos é mais baixo na região Norte, comparativamente às restantes NUTS II.⁴

Comparando o índice de envelhecimento de territórios rurais com territórios urbanos, em 2016, o envelhecimento demográfico era mais acentuado nas áreas predominantemente rurais (282 idosos por cada 100 jovens) do que nas áreas predominantemente urbanas (132) ou nas áreas mediamente urbanas (165). Em 2016, na NUTTII Norte, a assimetria entre territórios urbanos e rurais em termos de envelhecimento, era mais intensa em Terras de Trás-os-Montes (294,1 idosos por 100 jovens) e em Alto Tâmega (308,6 idosos por 100 jovens). No entanto, Cávado e Tâmega e Sousa registavam níveis de envelhecimento inferiores à média nacional. Por outro lado, o índice de longevidade tem maior expressão nos municípios do Interior Norte e Centro. O progressivo envelhecimento da população pode ter um impacto negativo na capacidade de renovação da população em particular da população ativa. Por outro lado, a composição e a dinâmica populacional constituem elementos fundamentais para a definição de políticas de coesão económica, social e territorial⁵. O índice de renovação da população em idade ativa (relação entre o número de pessoas em idade potencial de entrada no mercado de trabalho e o número de pessoas em idade potencial de saída) tem vindo a diminuir acentuadamente a partir de 2000, tendo-se registado em 2016 o valor mais baixo deste indicador. Na região Norte, identificam-se um conjunto de municípios com valores acima de 100 nas sub-regiões do Tâmega e Sousa, Cávado, Ave e Douro⁵.

Em termos de sustentabilidade demográfica do território, o padrão territorial em 2016, indicava uma maior concentração da população em municípios do litoral, particularmente nas áreas metropolitanas, por oposição aos municípios do Interior do Continente que registavam menores valores de densidade populacional, em consequência do despovoamento que tem ocorrido nestes territórios. A densidade populacional em territórios predominantemente urbanos, superior a 250 habitantes por km², era 19 vezes superior à verificada em áreas rurais⁵.

Na Região Norte as freguesias predominantemente rurais são espaços de baixa densidade populacional que possuem um importante património paisagístico, histórico, cultural ou natural que importa preservar, promover, valorizar e aumentar a sua atratividade turística. Os recursos endógenos que essas zonas têm conseguido preservar dispõem hoje de mercado podendo constituir um importante ativo em matéria de desenvolvimento. Refira-se neste contexto que constituem prioridade das políticas públicas de turismo em Portugal, nomeadamente através da Estratégia para o Turismo 2027, a aposta na capacidade do turismo de se afirmar como um veículo de melhoria da qualidade de vida das populações e de redução das assimetrias regionais, através da potenciação económica do património natural e rural e da qualificação da oferta. Neste contexto, a região Norte mantinha em 2016, a maior oferta de alojamentos turísticos, tendo registado no período de 2013-2016 uma taxa de crescimento médio anual de 9,9%; refira-se, por outro lado, o aumento da proporção dos estabelecimentos de turismo no Espaço rural e Turismo de habitação na região Norte em 6%⁶.

⁴ INE, Estatísticas Demográficas 2017

⁵ INE, Retrato Territorial de Portugal, 2017

⁶ Anuário Estatístico da Região Norte 2017, edição 2018

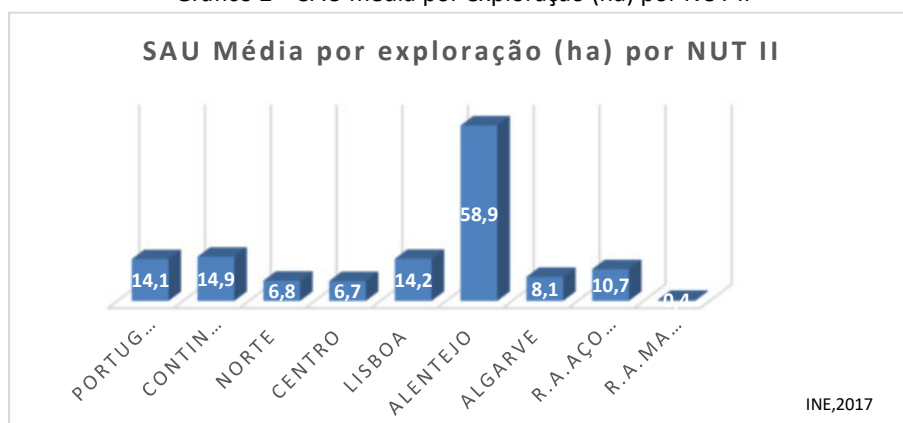
A Economia

O Setor de Atividade Económico Primário

“Agricultura, Produção Animal, Caça, Florestas e Pesca”

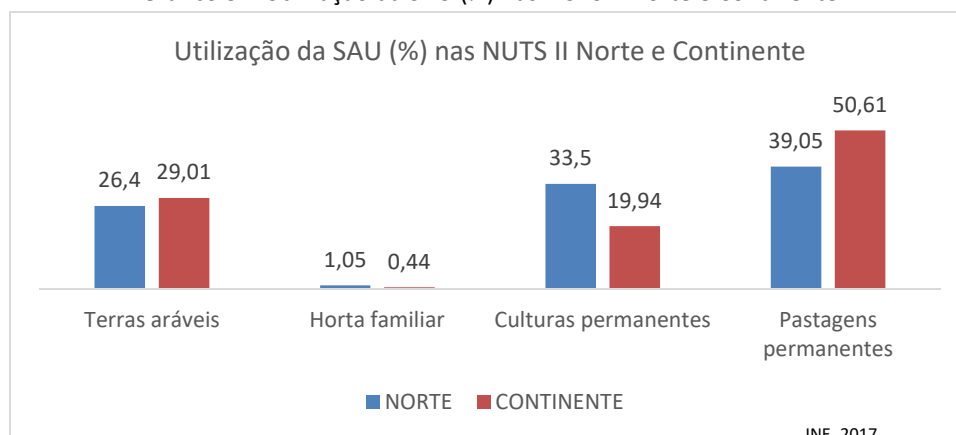
Na NUT II Norte estão situadas 37,4 % das explorações que ocupam 17,8% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), sendo a SAU média por exploração de 6,8 ha⁷, conforme se poderá visualizar no gráfico 2:

Gráfico 2 – SAU média por exploração (ha) por NUT II



No gráfico 3, apresenta-se a distribuição da SAU na NUT II Norte, por comparação à unidade territorial Continente:

Gráfico 3 – Utilização da SAU (%) nas NUTS II Norte e Continente



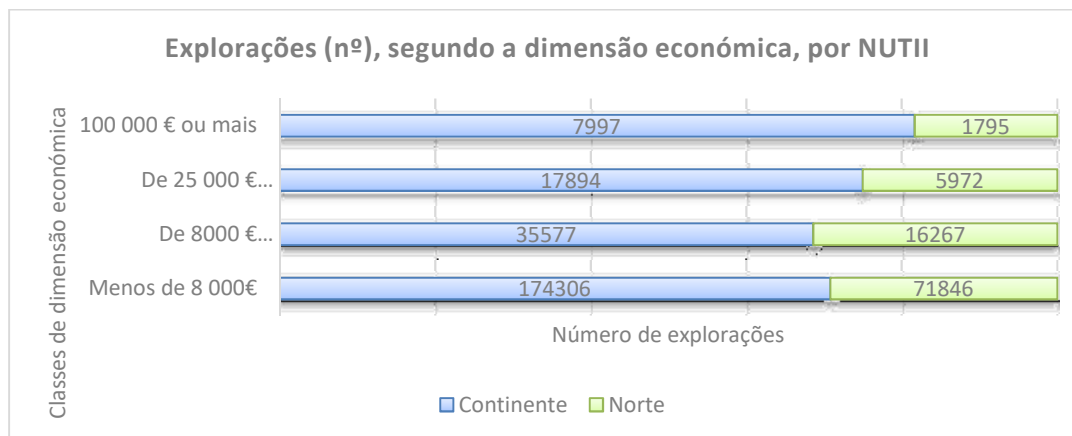
Nos últimos anos, registou-se um decréscimo no número de explorações. O abandono da atividade agrícola desde 2009 tem ocorrido, a nível nacional, quase exclusivamente nas pequenas explorações; por outro lado, tem-se registado o aumento da dimensão das explorações agrícolas e uma melhoria dos indicadores laborais. A estrutura fundiária das explorações agrícolas tem evoluído de forma positiva, registando-se o aumento da dimensão média, no período de 2009 a 2016⁷.

⁷ INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016, edição de 2017

A classificação das explorações em função da proporção da SAU regada, aponta para o predomínio do sequeiro, sendo que na NUT II Norte apenas 17,6 % da superfície foi regada (no ano agrícola de 2015/2016), no total da SAU.

O gráfico seguinte (gráfico 4) diferencia, por classes de dimensão económica através do Valor de Produção Padrão Total (VPPT), o número de explorações existentes na região Norte, comparativamente ao Continente.

Gráfico 4 – Diferenciação do número de explorações na Região Norte comparativamente ao Continente por classes de dimensão económica de acordo com o VPPT (INE, 2017)



Conforme se pode visualizar no gráfico 4, a NUT II Norte revela uma agricultura baseada em explorações de pequena dimensão económica. Nestas, o Valor de Produção Padrão Total (VPPT) por exploração é cerca de 11,7 mil €, face aos 19,86 mil euros de VPPT por exploração em Portugal. No entanto o VPPT por hectare de SAU é mais elevado na NUT II Norte (1719,1 €) comparativamente ao valor registado no País (1412,6 €)⁸.

No que diz respeito aos indicadores sociais do tecido empresarial agrícola, genericamente, na NUT II Norte, as explorações eram geridas por produtores envelhecidos que, em 2016, possuíam a idade média de 64 anos; os dirigentes da exploração com 65 e mais anos representam em Portugal 51,9%, comparativamente à UE28 (31,1%); os produtores agrícolas singulares femininos na NUT II Norte representam 39,3%, com representatividade superior ao registado no país (33,8%); em 2016, a maioria dos produtores declarou não ter formação profissional agrícola (54,5%), desenvolvendo a sua atividade com formação exclusivamente prática e apenas 1,3% possuíam formação superior na área das ciências agroflorestais⁹; os produtores agrícolas com atividade a tempo completo na exploração eram 22,95 %; a idade média da mão-de-obra agrícola familiar era de 54 anos; poucos produtores viviam exclusivamente da agricultura (7%), sendo que a maioria complementava o seu rendimento com pensões e reformas (65,3%). Refira-se por outro lado, que no período de 2009 a 2016, a população agrícola familiar e a mão-de-obra familiar decresceu - 19,7%, passando a representar 6,8% da população residente⁹.

O complemento da atividade agrícola com outras atividades realizadas na exploração e/ou pelos recursos da exploração é ainda pouco relevante, dado que apenas 6,1% das explorações desenvolvem atividades complementares à agricultura, designadamente, o turismo rural, a transformação de produtos agrícolas, a produção florestal, a prestação de serviços ou a produção de energias renováveis, como se poderá constatar através da análise do quadro 1. A produção florestal, com recurso a mão-de-obra, maquinaria e equipamentos da exploração, destaca-se como a

⁸ INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016, edição de 2017

⁹ INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2016, edição de 2017

principal atividade complementar da atividade agrícola da exploração, seguindo-se a transformação de produtos alimentares e a prestação de serviços agrícolas e não agrícolas a terceiros, com recurso a equipamento da exploração. A produção de energias renováveis foi a atividade lucrativa não agrícola que registou maior evolução face a 2009 (+473,9%)⁹. A empresarialização da agricultura, expressa pelo crescimento do número de sociedades agrícolas, tem contribuído para o aumento da eficiência do setor, devido à adoção de processos de gestão mais profissionais e economias de escala⁹.

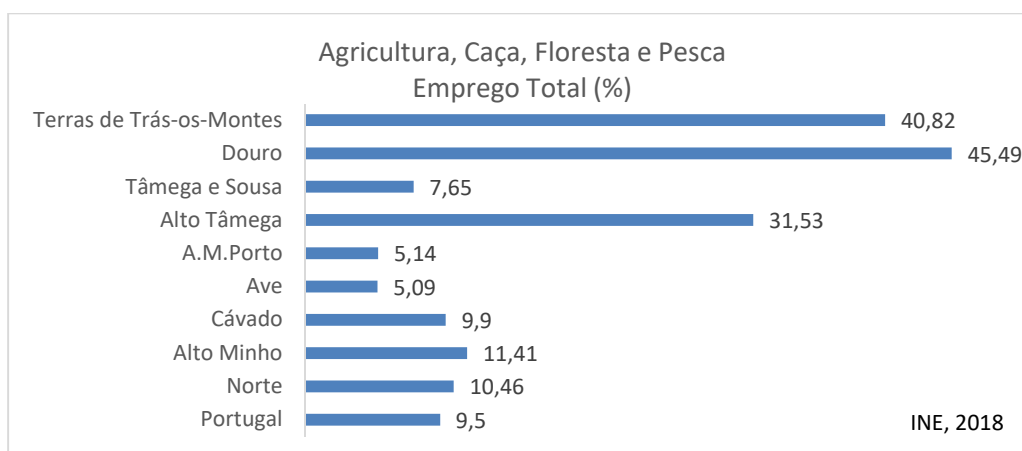
Quadro 1 – Atividades lucrativas não agrícolas da exploração por NUTS II (variação 2009-2016)

	Explorações			Varição (2009-2016)
	(nº)	(%)	No total (%)	(%)
Total	15 905	100,0	6,1	4,1
Turismo rural e atividades diretamente relacionadas	848	5,3	0,3	40,0
Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares	78	0,5	0,0	0,3
Transformação de produtos agrícolas alimentares	2 387	15,0	0,9	107,9
Produção Florestal ¹	10 471	65,8	4,0	-3,4
Prestação de serviços	1 808	11,4	0,7	3,9
Produção de energias renováveis	580	3,6	0,2	473,9
Outras atividades lucrativas	608	3,8	0,2	-53,4
NUTSII				
Norte	2236	14,1	0,9	-25,7

¹ Se a gestão do espaço florestal não for efetuada com recursos da exploração não é considerada como atividade lucrativa não agrícola da exploração

O sector de atividade de “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca”, na NUTII Norte, tem um peso relativo de 19,9% relativamente ao VAB nacional do referido setor (2017Po)¹⁰. Por outro lado, em termos de emprego total por atividade económica, na NUT II Norte, representa cerca de 10,46 % do emprego total relativamente ao total nacional no setor de atividade referido (2016), valor que se situa acima do valor do país (9,5%)¹⁰. O emprego total do referido setor de atividade (setor primário), por NUTS III, apresenta-se no gráfico 5.

Gráfico 5 - Emprego Total por NUTS III no setor de atividade económica “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca”

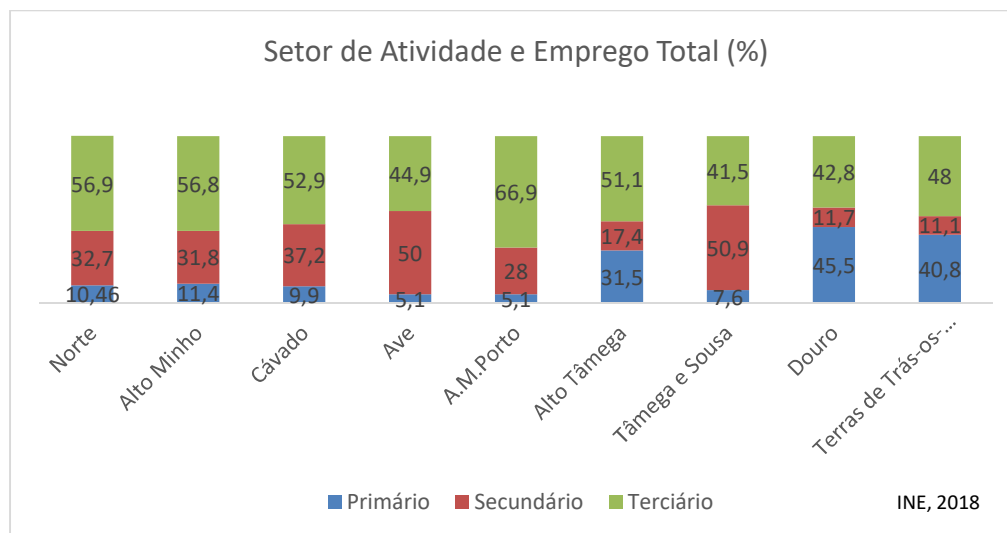


¹⁰ INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2017, edição 2018

Verifica-se através da análise do gráfico que o setor primário, enquanto atividade empregadora, tem um peso relativamente elevado particularmente nas NUTS III Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega.

No gráfico 6 apresenta-se a importância relativa dos diferentes setores de atividade económica (primário, secundário e terciário) ao nível das sub-regiões da NUTII Norte, na perspetiva de atividade empregadora¹¹.

Gráfico 6 – Peso relativo do emprego total (%) da população ativa dos setores de atividade (primário, secundário e terciário)



O Setor de Atividade Económico Secundário

Indústrias de Transformação – Alimentares e das Bebidas (divisões 10 e 11 da CAE)

A indústria Alimentar continuava a manter, em 2018, o seu posicionamento relativamente ao total da indústria transformadora, sendo a principal atividade da produção industrial nacional com 13,6 % do total da venda de produtos e prestação de serviços. As indústrias de transformação Alimentares e das Bebidas foram responsáveis por mais de 2/3 do valor das vendas da indústria transformadora; o principal destino da produção destas indústrias foi o mercado interno.

O setor das Indústrias Alimentares contribuiu para a economia nacional com um Volume de Negócios de cerca de 12,4 mil milhões de euros, em 2018, representando 15,06% do total da indústria e 21,9% da produção total vendida no mercado nacional¹¹. Em 2016 a sua contribuição foi de 80,3% para o mercado nacional, o mercado intracomunitário teve um peso de 15,4% e os países terceiros representaram 4,3% do total das vendas¹².

A Indústria das Bebidas contribuiu para a economia nacional com um volume de negócios de cerca 3,24 mil milhões de euros, em 2018, representando 3,9 % do total da indústria. Faturou em 2018 cerca de 3,24 mil milhões de euros¹¹. A “indústria do vinho” contribuiu com 52,5 % do total das vendas, seguida da “fabricação de cerveja”, com 23,4 % e da “fabricação de refrigerantes e produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas” com 20,6%. Tal como nas Indústrias Alimentares, também nas Bebidas, as vendas tiveram como principal destino o mercado nacional (70,3%), seguindo-se a União Europeia, com 16,9%¹³.

¹¹ Anuário Estatístico da Região Norte 2017, edição 2018

¹² INE, Estatísticas Agrícolas 2017, edição 2018

¹³ INE, Estatísticas Agrícolas 2017, edição 2018

Na região Norte estavam sedeadas, em nº, em 2018¹⁴, cerca de 30% das indústrias alimentares (div. 10 da CAE, ver. 3) e 38,9 % das indústrias de bebidas (div. 11), as quais, relativamente ao universo das indústrias alimentares, apresentaram, respetivamente, um VAB de 24,8% (div. 10) e de 46,5% (div. 11)¹³.

O setor agroalimentar é um importante sector e um dos maiores empregadores na Europa. Inclui um conjunto de atividades relacionadas com a transformação de determinadas matérias-primas em bens alimentares ou bebidas. Para além do seu impacto económico-social, o seu crescimento traduz-se numa oportunidade para o desenvolvimento da agricultura e de produtos inovadores.

I.3. Rendimento da atividade agrícola em 2018

O ano de 2018, em Portugal Continental, classificou-se como “normal”, em relação à temperatura do ar e em relação à precipitação, segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)¹⁵. No entanto, os meses de inverno (dezembro de 2017, janeiro e fevereiro de 2018) foram classificados como secos e frios¹⁶. Na parte interior da região Norte registaram-se condições mais severas de precipitação, gelo e vento. Relativamente à precipitação, o valor médio de precipitação total correspondeu a 107% do valor normal¹⁵. De março até finais de julho registou-se instabilidade das condições climáticas, com precipitação em forma de granizo que provocou prejuízos localizados. Estas circunstâncias climáticas originaram um certo atraso no desenvolvimento vegetativo de muitas culturas e criaram condições para o desenvolvimento de doenças criptogâmicas¹⁷.

Os cereais praganosos para grão apresentaram boa qualidade e as produtividades foram superiores ao esperado, estimando-se um aumento da produção global comparativamente ao ano anterior; no entanto, as cotações decresceram. No milho grão de sequeiro, em Entre Douro e Minho, conseguiram-se produções próximas das obtidas no ano anterior; em Trás-os-Montes, em algumas situações, o destino da cultura não foi para grão, mas para forragem; registou-se aumento da produtividade, o que se traduziu num aumento da produção total. Relativamente ao milho de regadio registou-se igualmente, uma pequena melhoria das produções. No que respeita à batata, a batata de sequeiro foi afetada por problemas de ordem fitossanitária, tubérculos com fraco poder de conservação, estimando-se uma quebra na produção global; na batata de regadio as produções foram heterogéneas segundo a zona, estimando-se uma diminuição da produção global; no entanto, registaram-se aumentos significativos das cotações.

Os frutos frescos, designadamente, a cereja teve a sua produção afetada pelas condições climáticas, particularmente as variedades mais precoces e mesmo as intermédias, estimando-se uma quebra na produção global; a cultura do pêssego foi afetada pelas condições climáticas por altura da floração e vingamento, tendo-se estimado uma quebra da produção global; no kiwi a produtividade desta campanha ficou próxima da obtida no ano anterior; a maçã e a pera, foram bastantes afetadas pelas condições climáticas desfavoráveis ao longo de todo o seu ciclo produtivo, estimando-se quebras de produção relativamente ao ano anterior.

Relativamente aos frutos secos, designadamente a amendoeira, em resultado das condições desfavoráveis por altura da floração e vingamento, estimou-se uma quebra acentuada na quantidade global produzida. A produção de castanha foi diferenciada no que respeita à região: em Entre Douro e Minho a produção foi limitada pelas condições climáticas do ano agrícola (humidade persistente na altura da floração, falta de chuva em agosto e setembro, e ataque de vespa do castanheiro) tendo sofrido quebras fortíssimas em algumas zonas e a conservação da castanha também foi afetada; enquanto a produção em Trás-os-Montes, gerou bons indicadores na qualidade e calibre do fruto, embora tenha

¹⁴ INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2017, edição 2018

¹⁵ Resumo Climático – Ano 2018 – Portugal Continental, IPMA

¹⁶ Resumo Climatológico inverno 2017/2018 Portugal Continental

¹⁷ Breve Caracterização do Ano Agrícola de 2017/2018 (a evolução verificada em algumas culturas e situações), Divisão de Planeamento, Ajudas e Estatística, em colaboração com as Delegações da DRAPN

havido alguma variação da cultura; registou-se um aumento das cotações, relativamente à campanha anterior. No que diz respeito à vinha, as vindimas decorreram com muito atraso; a produção do mosto, em quantidade, foi inferior à do ano passado em resultado de situações desfavoráveis para o seu desenvolvimento. No caso do olival, nomeadamente, para conserva estimou-se uma quebra significativa na produção global, mas com um produto de melhor calibre e qualidade; registou-se diminuição da cotação. Quanto à azeitona para azeite, a colheita registou um atraso significativo em várias zonas de produção, rendimento médio final mais reduzido relativamente à campanha anterior, contribuiu para uma redução na produção global de azeite; registou-se uma diminuição da cotação da azeitona. No que diz respeito aos prados e pastagens, estes foram afetados, no Entre Douro e Minho pelas condições climáticas; a produção de milho de forragem foi boa; em Trás-os-Montes, verificou-se um aumento da produção nas forrageiras.

I.4. A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte – orientações gerais e específicas

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) é um serviço periférico da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa. A sua Missão e atribuições estão definidas na Lei orgânica do Ministério da Agricultura e do Mar (MAM), respetivamente, nos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei Nº 18/2014, de 4 de Fevereiro e na respetiva “Carta de Missão” (Anexo 1).

O ano de 2013 ditou alterações na Lei orgânica do MAMAOT, tendo sido criado o MAM e extinto o MAMAOT através do Decreto-Lei Nº 119/2013, de 21 de Agosto que altera o Decreto-Lei nº 86/2011, de 12 de Julho. Este último aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional. A estrutura do MAM foi aprovada através do Decreto – Lei Nº 18/2014, de 4 de Fevereiro. Na sequência desta revisão foram reajustadas as atribuições das DRAP. Através da Portaria nº 305/2012, de 4 de Outubro, foram definidas e ordenadas as competências das cinco direções de serviço e fixadas em 20 o número máximo de unidades flexíveis. As unidades flexíveis foram criadas e definidas as respetivas competências através do Despacho nº 13474/2012, de 16 de Outubro, alterado e republicado pelo Despacho nº 4708/2013, de 4 de Abril e pelo Despacho nº 1671/2014, de 3 de Fevereiro.

A atividade da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte assenta numa estrutura, cujo organograma funcional está representado na figura 1, formada por 5 unidades nucleares e 20 unidades flexíveis, que integram 6 Delegações Regionais (figura 2).

Figura 1 – Organograma Funcional da DRAP-Norte

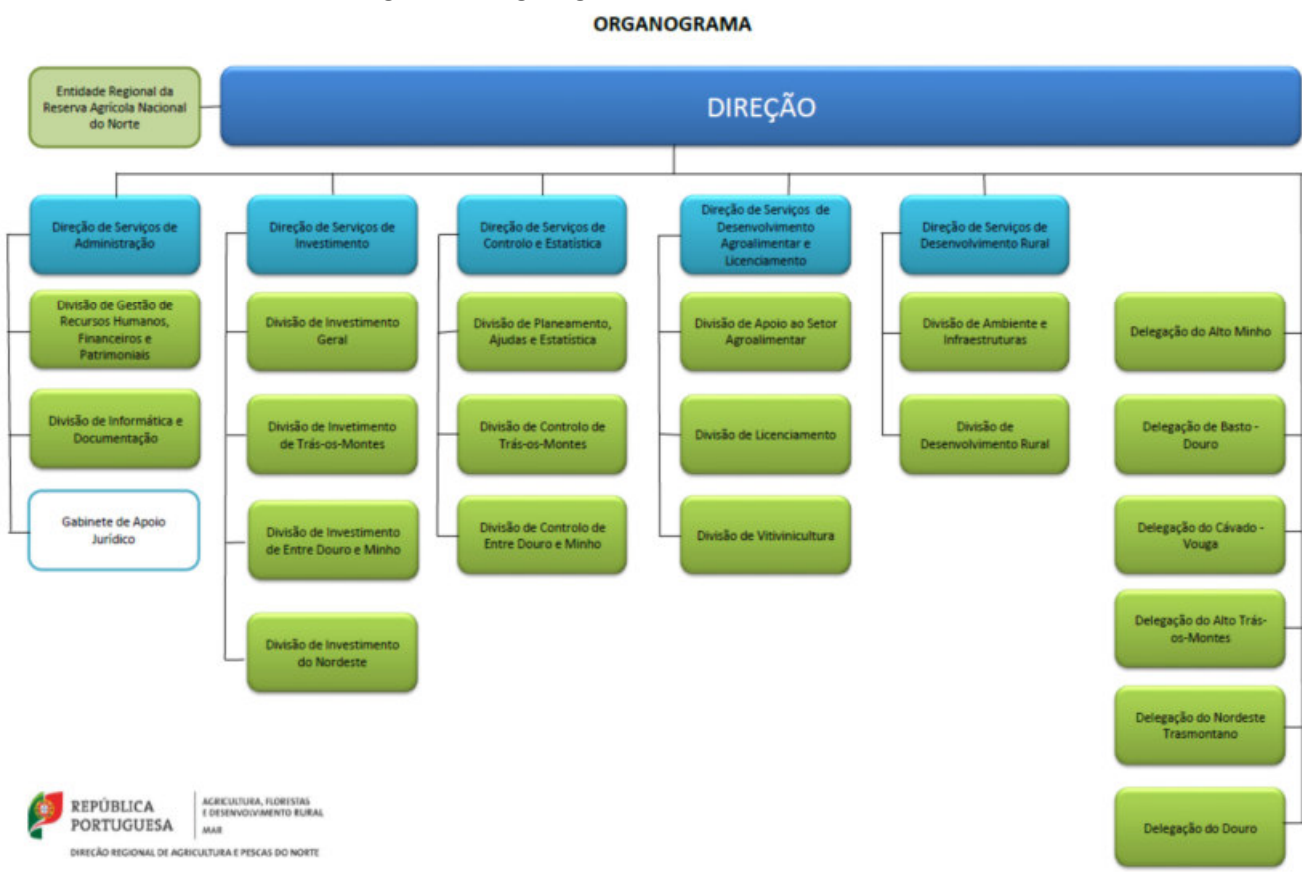


Figura 2 – As Delegações Regionais da DRAP-Norte e sua distribuição territorial



I. 4.1. Atribuições

Tendo por base a legislação em vigor, na prossecução da sua missão, as atribuições da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte são as constantes no ponto 2 do artigo 13 do Decreto-lei nº 18/2014, de 4 de Fevereiro e na Carta de Missão.

I. 4.2. Orientações estratégicas

De acordo com a sua Carta de Missão (vide anexo 1), e, posteriormente, com o Plano Estratégico apresentado em 2018, a DRAP Norte deu primazia ao desenvolvimento das políticas assentes nas orientações estratégicas evidenciadas nas Grandes Opções do Plano (vide Grandes Opções do Plano 2018) e no Programa do XXI Governo Constitucional, prosseguindo a valorização da atividade agrícola e florestal e o espaço rural.

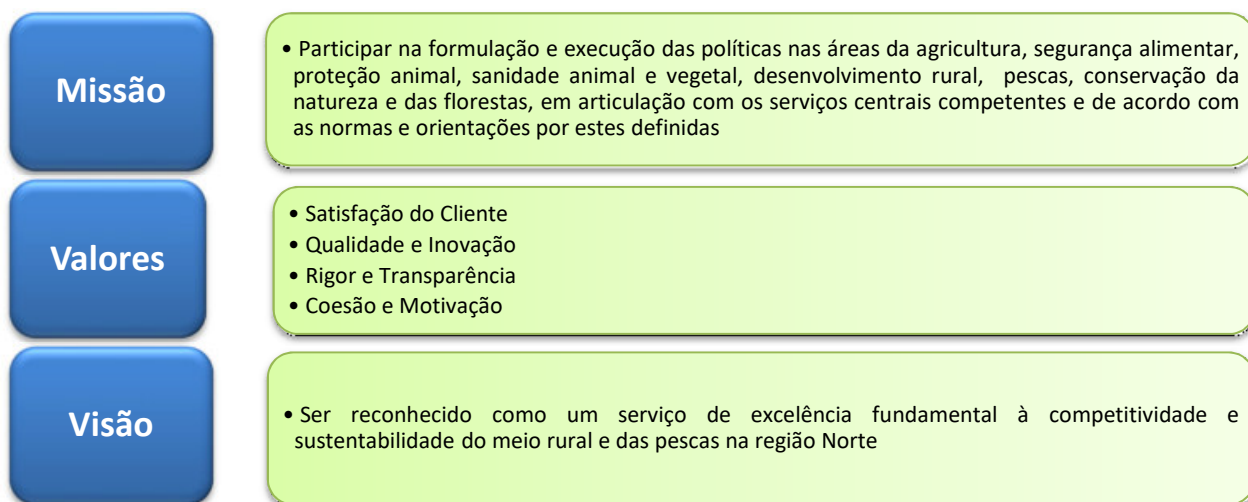
I.4.3. Objetivos a atingir

Os objetivos a atingir foram os seguintes:

- Assegurar a plena execução dos instrumentos de apoio aos setores agrícola e das pescas;
- Garantir a execução dos planos oficiais de controlo relativos aos regimes de apoio da política agrícola comum;
- Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados – aperfeiçoamento dos instrumentos organizacionais e sistemas de informação existentes e a articulação com os serviços do MAFDR;
- Otimizar a gestão de recursos e controlar os custos de funcionamento.

I.5. Enquadramento estratégico e alinhamento do nível estratégico versus nível político

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) estabeleceu como eixos da sua intervenção os seguintes desígnios:



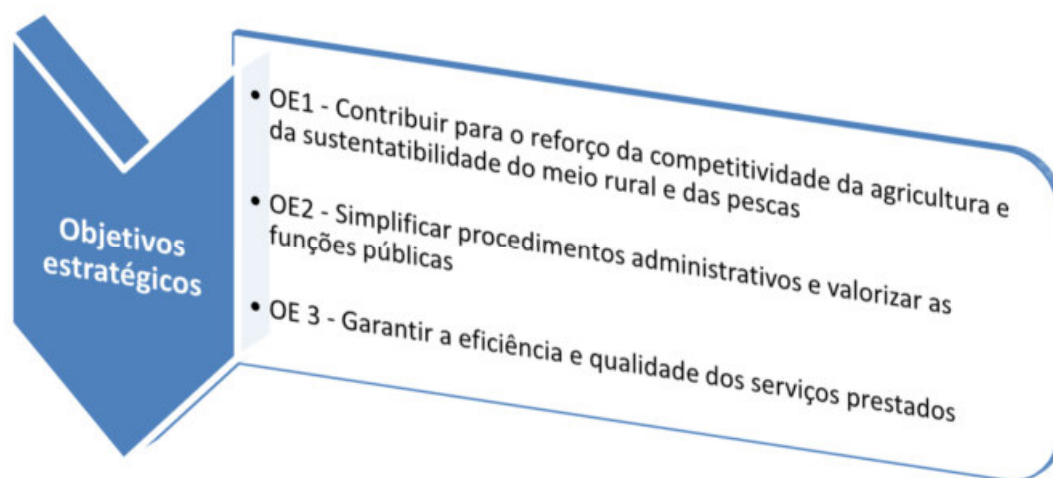
I.5.1. Clientes / Beneficiários / Trabalhadores em funções públicas

Enquanto entidade responsável pela aplicação de fundos públicos a projetos de investimento, a DRAPN providencia serviços diretamente aos Empresários Agrícolas, a título coletivo e/ou individual, às Associações e Agrupamentos de Produtores que os representam e às Autarquias que integram a sua área de jurisdição.

A DRAPN participa em projetos de diversas áreas através da constituição de Parcerias múltiplas com outros organismos públicos e privados, designadamente, entre outros, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, a Universidade do Porto, a Universidade de Vila Real, o Instituto Politécnico de Bragança, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, bem como os demais organismos do MADFR. Às partes interessadas da DRAPN acrescem ainda os seus Fornecedores, os seus Colaboradores e o Cidadão enquanto contribuinte e não exclusivamente como utente dos seus serviços.

1.5.2. Objetivos estratégicos

No sentido de concretizar as orientações referidas no quadro legislativo mencionado anteriormente, os objetivos da política pública (consubstanciados no documento Grandes Opções do Plano 2018), tendo em atenção as atribuições decorrentes da legislação, a sua missão, bem como os fatores que caracterizam o ambiente externo e interno, foram definidos para 2018 os seguintes Objetivos Estratégicos, que se apresentam resumidamente e que constam do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para o ano de 2018 e do documento “Sistema de Indicadores de Desempenho Comuns do Ciclo de Gestão de 2018”.



O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), estabelecido na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, desagrega em objetivos operacionais de eficácia, eficiência e qualidade, os objetivos estratégicos referidos, aos quais se encontram alinhados os objetivos das Unidades Orgânicas.

Os objetivos operacionais (nível 3) privilegiam a eficácia, eficiência e qualidade da atuação da DRAPN, encontrando-se articulados com os objetivos estratégicos (nível 2) e com as medidas de política pública (nível 1), de acordo com a matriz de alinhamento estratégico, apensa ao QUAR. De acordo com o número 1 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a autoavaliação do grau de cumprimento do QUAR deve integrar o Relatório de Atividades, evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o respetivo QUAR. Nestes termos, apresenta-se a avaliação do QUAR no capítulo seguinte.

OBJETIVOS OPERACIONAIS DO QUAR 2018



1.5.3. Alinhamento dos níveis estratégico e operacional com a política pública

Nível 1 – Política Pública	Nível 2 – Estratégico		Nível 3 – Operacional	
Programa do XXI Governo	Enquadramento Estratégico		Enquadramento Operacional	
Medida	Objetivo Estratégico (OE)	Relação com o Nível 1	Objetivos Operacionais (OP)	Relação com o Nível 2
Valorizar a atividade agrícola e florestal	OE 1: Contribuir para o reforço da competitividade da agricultura e da sustentabilidade do meio rural e das pescas	RD	OP1: Garantir a execução do PDR2020	RD
MAR: uma aposta de futuro		RD	OP2: Garantir a Execução do PROMAR / MAR2020	RD
Valorizar a atividade agrícola e florestal e o espaço rural		RD	OP3: Garantir a execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis	RD
		RI	OOP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo in loco	RD
Fortalecer, simplificar e digitalizar a Administração	OE 2: Otimizar a gestão de recursos	RI	OP5: Reforçar o controlo interno	RD
Modernização do Estado – um dos pilares estratégicos da política do Governo	OE 3: Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados	RI	OP6: Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAP	RD
		RD	OP7: Assegurar a satisfação do cliente	RD
		RI	OP8: Aumentar a qualificação dos colaboradores	RD

Legenda
 RD - Evidência de relação direta
 RI - Evidência de relação indireta

PARTE II – AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação do serviço público é um aspeto central da modernização administrativa. O processo de autoavaliação do serviço está previsto no art.º 15º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, sendo um instrumento de apoio à gestão e comparabilidade entre serviços, constituindo, por outro lado, um estímulo à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

II.1. QUAR 2018 – resultados e desvios

O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) apresentado, bem como o respetivo Plano de Atividades para o ano de 2018, constituíram o suporte para a metodologia de avaliação levada a cabo pela DRAP-Norte. Constitui nossa referência para este relatório, o QUAR inicialmente apresentado.

A avaliação do QUAR e da estratégia inicialmente definida foi efetuada com base no cumprimento dos indicadores estabelecidos e respetivas metas.

As atividades levadas a cabo pelas várias unidades orgânicas, enquadram-se no contexto das respetivas competências, de acordo com a legislação em vigor, e concorrem, entre outros, para a realização dos objetivos globais identificados no âmbito do QUAR.

O período em análise caracterizou-se por uma gestão financeira cuidada, a par da manutenção da eficácia do serviço prestado aos utilizadores, e por um esforço de melhoria na qualidade desse serviço.

A avaliação efetuada e que é apresentada neste relatório, traduz o envolvimento de toda a organização na prossecução dos objetivos, revelando por outro lado, as dificuldades sentidas pela organização no seu todo e por cada uma das suas Unidades Orgânicas, em levar a cabo a estratégia delineada e o alinhamento desejado entre o centro de decisão (gestão de topo) e as unidades operacionais (Unidades Orgânicas). A importância de analisar os resultados e fazer a sua avaliação é fundamental em qualquer processo de melhoria contínua, constituindo a base para operacionalizar mudanças nos seus processos ou efetuar o seu ajuste.

II.1.1. Avaliação global da estratégia definida ao nível do QUAR

O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), como referido anteriormente, desagrega em objetivos operacionais de eficácia, eficiência e qualidade, os objetivos estratégicos, aos quais se encontram alinhados os objetivos das Unidades Orgânicas. Os resultados anuais do QUAR 2018 e respetiva execução (anexo 2), que se apresentam nos quadros das páginas seguintes, evidenciam o profissionalismo dos recursos humanos da DRAPN que alcançaram e superaram metas exigentes nos vetores “eficiência”, “eficácia” e “qualidade”, e, por outro lado, confirma o êxito da operacionalização da estratégia.

Ciclo de Gestão

2018

Designação do Serviço/Organismo:

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Missão:

A DRAPN tem por missão, participar na formulação e execução das políticas nas áreas da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas e, em articulação com os organismos e serviços centrais competentes e de acordo com as normas e orientações por estes definidas, contribuir para a execução das políticas nas áreas de segurança alimentar, da proteção animal, da sanidade animal e vegetal, no quadro de eficiência da gestão local de recursos.

Objetivos Estratégicos (OE)	Meta	Grau de concretização
OE1: Contribuir para o reforço da competitividade da agricultura e da sustentabilidade do meio rural e das pescas.	100%	122%
OE2: Simplificar procedimentos administrativos e valorizar as funções públicas.	100%	100%
OE3: Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados.	100%	116%

Objetivos Operacionais (OP)

EFICÁCIA PESO: 50%

OP1: Garantir a Execução do PDR2020. PESO: 30%

Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1 Taxa de análise de pedidos de apoio PDR2020	89%	91%	80%	10%	100%	50%	DS/DSDR	(n.º de pedidos de apoio analisados/n.º de pedidos de apoio válidos) x100	93%	116%	Superou	16%
Ind.2 Taxa de análise de pedidos de pagamento PDR2020	79%	88%	80%	10%	100%	50%	DS/DSDR	(n.º pp validados/n.º pp devidamente formalizados) x100	94%	117%	Superou	17%

Taxa de Realização do OP1 116%

OP2: Garantir a Execução do MAR2020. PESO: 15%

Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.3 Taxa de análise de pedidos de apoio MAR2020	79%	93	80%	10%	100%	50%	DS/DSDR	(n.º de pedidos de apoio analisados/n.º de pedidos de apoio válidos) x100	100%	125%	Superou	25%
Ind.4 Taxa de análise de pedidos de pagamento MAR2020	100%	100	80%	10%	100%	50%	DS/DSDR	(n.º pp validados/n.º pp devidamente formalizados) x100	100%	125%	Superou	25%

Taxa de Realização do OP2 125%

OP3: Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis. PESO: 25%

Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.5 Taxa de execução dos controlos VITIS.	99%	92%	80%	5%	100%	40%	DSCE	(n.º de controlos recolhidos/n.º de controlos atribuídos)x100.	97%	122%	Superou	22%
Ind.6 Taxa de análise dos processos VITIS.	100%	100%	85%	3%	100%	40%	DS/DAL	(n.º Processos analisados/n.º processos entrados devidamente formalizados)x100	100%	125%	Superou	25%
Ind.7 Taxa de análise dos pedidos de apoio PAN.	NA	100%	95%	1,5%	100%	10%	DS/DR	(n.º pedidos de apoio analisados/n.º pedidos de apoio entrados)x100	100%	125%	Superou	25%
Ind.8 Taxa de análise dos pedidos de pagamento PAN.	100%	100%	95%	1,5%	100%	10%	DS/DR	(n.º pedidos de pagamento válidos analisados/n.º pedidos de pagamento válidos entrados)x100	100%	125%	Superou	25%

Taxa de Realização do OP3 124%

OP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo In loco. PESO: 30%

Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.9 Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Pedido Único.	100%	100%	95%	2,5%	100%	50%	DSCE	(n.º de controlos concluídos/n.º controlos distribuídos IFAP) *100	100%	125%	Superou	25%
Ind.10 Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Outras Ajudas.	100%	100%	90%	5%	100%	20%	DSCE	(n.º de controlos concluídos/n.º controlos distribuídos IFAP) *100	100%	125%	Superou	25%
Ind.11 Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Investimento.	98%	100%	90%	5%	100%	30%	DSCE	(n.º de controlos concluídos/n.º controlos distribuídos IFAP e AG MAR de 1 de outubro de 2016 a 30 setembro de 2017)*100	95%	114%	Superou	14%

Taxa de Realização do OP4 122%

EFICIÊNCIA PESO: 30%

OP5: Reforçar o controlo interno. PESO: 100%

Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.12 Número de manuais de procedimentos efetuados.	NA	1	1	0	3	100%	DSA	N.º de manuais de procedimentos elaborados	1	100%	Atingiu	0%

Taxa de Realização do OP5 100%

QUALIDADE PESO: 20%

OP6: Assegurar o reporte ao GPP dos Indicadores de Desempenho Comuns que permitem a comparação entre as DRAP. PESO: 40%

Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.13 N.º de reportes enviados ao GPP.	2	2	1	0	2	50%	DSCE	(romatório anual do n.º de reportes)	2	125%	Superou	25%
Ind.14 Prazo de entrega dos reportes após o fecho dos trimestres.	19	18	30	10	5	50%	DSCE	(Média de dias (dias após o fecho dos trimestres).	18	112%	Superou	12%

Taxa de Realização do OP6 119%

OP7: Assegurar a satisfação do cliente. PESO: 20%

Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.15 Índice de satisfação do cliente.	4,19	4,24	3,5	0,5	5	100%	DSCE	Média aritmética das pontuações atribuídas a todos os itens por todos os respondentes no inquérito a utilizadores/clientes. Escala de 1 a 5 em que Muito Mau (1), Mau (2), Razoável (3), Bom (4) e Muito Bom (5).	4	112%	Superou	12%

Taxa de Realização do OP7 112%

OP8: Aumentar a qualificação dos colaboradores. PESO: 35%

Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.16 Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional.	50%	45%	35%	5%	66%	100%	DSCE	(n.º de RH que frequentaram ações de formação/n.º total de RH)x100	56%	117%	Superou	17%

Taxa de Realização do OP8 117%

Objetivos Estratégicos vs Operacionais matriz de enquadramento	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	OP6	OP7	OP8	OP9	OP10	OP11	OP12
Objetivo Estratégico 1	X	X	X									
Objetivo Estratégico 2					X							
Objetivo Estratégico 3					X	X	X	X	X			

II.1.2. Breve análise de realização dos objetivos estratégicos e operacionais, e dos indicadores

Os resultados anuais do QUAR, apresentados anteriormente (Anexo 2 - QUAR2018 Execução Anual) evidenciam, em termos globais, os bons resultados atingidos em 2018. Dos 16 indicadores inscritos, as metas de 15 indicadores foram superadas e a meta de 1 foi atingida.

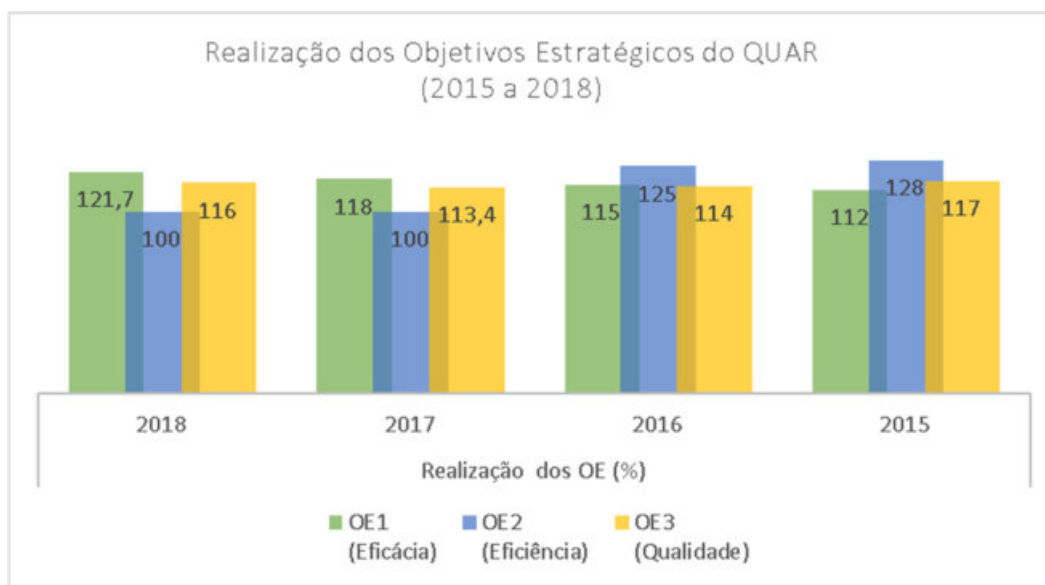
Apresenta-se no quadro seguinte (quadro 4) a Execução dos Objetivos Estratégicos do QUAR 2018.

Quadro 4 – Objetivos Estratégicos do QUAR 2018 – sua execução

TAXA DE EXECUÇÃO DOS O.E. DO QUAR 2018					
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Peso do OOP no OE	Realização do OOP	Realização do OOP no OE	Concretização do OE
OE1: Contribuir para o reforço da competitividade da agricultura e da sustentabilidade do meio rural e das pescas	OOP1: garantir a execução do PDR2020	30%	116%	34,80%	121,70%
	OOP2: Garantir a execução do MAR2020	15%	125%	18,75%	
	OOP3: Garantir a execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis	25%	124%	31%	
	OOP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo in loco	30%	122%	36,6	
Taxa de realização do OE1					
OE2: Simplificação Administrativa e valorização das funções públicas	OOP5: Reforçar o Controlo Interno	100%	100%	100%	100%
Taxa de realização do OE2					
OE3: Garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados	OOP6: Assegurar o reporte ao GPP dos Indicadores de Desempenho Comuns que permitem a comparação entre as DRAPs	40%	119%	47,60%	116%
	OOP7: Assegurar a satisfação do cliente	25%	112%	28%	
	OOP8: Aumentar a qualificação dos colaboradores	35%	117%	40,95%	
Taxa de realização do OE3					
Taxa de realização dos Objetivos Estratégicos					

Comparativamente com anos anteriores, no gráfico 7 apresenta-se a evolução da realização dos objetivos estratégicos do QUAR nos três vetores considerados – Eficácia (OE1), Eficiência (OE2) e Qualidade (OE3), no período de 2015 a 2018.

Gráfico 7 – Realização dos Objetivos Estratégicos do QUAR e sua evolução no período de 2015 a 2018



No parâmetro “Eficácia”, que engloba os objetivos operacionais 1 a 4 do QUAR, a taxa de realização do objetivo estratégico registaram crescimento no período de 2015 a 2018. No parâmetro “Eficiência”, ao qual está associado apenas um objetivo operacional, manteve-se a taxa de realização relativamente ao ano transato (2017), após se ter registado um decréscimo (de 2016 para 2017). Refira-se no entanto que o objetivo operacional (“Reforçar o controlo interno”) associado ao parâmetro (“Eficiência”) conservou-se no QUAR durante 3 anos (desde 2016 a 2018), enquanto no ano de 2015, o objetivo operacional associado a este parâmetro era outro, ou seja, “Reduzir custos de funcionamento”. No parâmetro “Qualidade”, que engloba os objetivos operacionais 6 a 8 do QUAR, a taxa de realização do objetivo estratégico cresceu relativamente ao ano de 2017.

A realização dos objetivos operacionais do QUAR nos Objetivos Estratégicos, e sua evolução no período de 2015 a 2018 apresenta-se no quadro 5.

Quadro 5 – Evolução da taxa de realização (%) dos objetivos Operacionais e taxa de realização (%) dos objetivos operacionais nos objetivos estratégicos do QUAR (2015 a 2018)

OOP1: Garantir a execução do PDR2020



OOP2: Garantir a execução do PROMAR/MAR2020



OOP3: Garantir a execução de VITIS e PAN



OOP4: Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo in loco



OOP5: Reforçar o controlo interno



OOP6: Assegurar o reporte ao GPP dos Indicadores de Desempenho Comuns



OOP7: Assegurar a satisfação do cliente



OOP8: Aumentar a qualificação dos colaboradores



Como se pode verificar no quadro anterior (quadro 5), no ano de 2018, as taxas de realização dos objetivos operacionais OOP1, OOP2, OOP3 e OOP8 cresceram relativamente a 2017, enquanto os objetivos operacionais OOP5, OOP6 e OOP7 mantiveram as respetivas taxas de realização. Relativamente a decréscimos da taxa de realização de 2018 em relação a 2017, apenas se registou no OOP4. No entanto, dado que este foi superado, entende-se que houve um maior ajustamento entre o valor planeado e o valor registado, o que traduz um planeamento melhorado.

No que respeita aos indicadores dos objetivos operacionais do QUAR, resume-se a sua realização no quadro 6, indicando-se as metas dos indicadores previstas para 2018 e os valores realizados em 2017 e, adicionalmente, os valores percentuais registados na taxa de realização dos indicadores inscritos no QUAR em 2017 e 2018.

Quadro 6 – Indicadores dos objetivos operacionais QUAR, em 2017 e 2018, metas de realização e respetivas taxas de realização

Objetivo /Indicador	Metas		Taxa de Realização (%)	
	2018	Realizado 2017	2018	2017
<i>Objetivo 1 - Garantir a Execução do PDR2020</i>				
1 - Taxa análise dos pedidos apoio	80%	80%	116	114
2 - Taxa análise dos pedidos pagamento	80%	80%	117	100
<i>Objetivo 2 - Garantir a Execução do MAR2020</i>				
3 - Taxa análise dos pedidos apoio	80%	80%	125	100
4 - Taxa análise dos pedidos pagamento	80%	80%	125	125
<i>Objetivo 3 - Garantir a Execução de VITIS e PAN....</i>				
5 - Taxa de execução dos controlos VITIS	80%	80%	115	115
6 - Taxa de análise dos processos VITIS	85%	85%	125	125
7 – Taxa de análise dos pedidos de apoio PAN	95%	95%	125	125
8 - Taxa de análise dos pedidos de pagamento PAN	95%	95%	125	125
<i>Objetivo 4 - Assegurar a Execução do Plano Anual de Controlo in loco</i>				
9 - Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Pedido Único	95%	95%	125	125
10 - Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo – Outras Ajudas	90%	90%	125	125
11 - Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Investimento	90%	90%	114	125
<i>Objetivo 5 - Reforçar o Controlo Interno</i>				
11 - Nº de aplicações desenvolvidas	-	1	-	100
12 – Nº de manuais de procedimentos efetuados	1	1	100	100
<i>Objetivo 6 - Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAP</i>				
13 - Nº de reportes enviados ao GPP	1	1	125	125
14 - Prazo de entrega dos reportes	30	30	112	112
<i>Objetivo 7 - Assegurar a satisfação do cliente</i>				
15 - Índice de satisfação	3,5	3,5	4,24	4,24
<i>Objetivo 8 - Aumentar a qualificação dos colaboradores</i>				
16 - Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional	35%	35%	117	108

As variações ocorridas nas taxas de realização dos indicadores nos dois períodos analisados - 2018 *versus* 2017 - permitem concluir: melhoria da taxa de realização dos indicadores 1 e 2 (objetivo 1 – Garantir a execução do PDR2020) e indicador 3 (Objetivo 2 – Garantir a execução do MAR2020) e indicador 16 (Objetivo 8 – Aumentar a qualificação dos colaboradores). Relativamente a decréscimos da taxa de realização, registou-se apenas um (1) indicador no qual a taxa decresceu (indicador 11). No entanto, dado que este foi superado, entende-se que houve um maior ajustamento entre o valor planeado e o valor registado, o que traduz um planeamento melhorado. Nos restantes indicadores não houve variações na respetiva taxa de realização.

Além dos Indicadores QUAR, foram realizados e contabilizados os Indicadores Comuns das DRAPs 2018 - Não-QUAR (vide anexo 3).

II.1.3. Considerações acerca da execução das atividades realizadas e prossecução dos objetivos

Passamos seguidamente a efetuar uma análise detalhada das atividades realizadas previstas no âmbito dos instrumentos de gestão e a forma como os objetivos e respetivos indicadores foram realizados, norteados pelos vetores de eficácia, eficiência e qualidade.

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

Objetivo 1 – Garantir a execução do PDR2020

Este objetivo é avaliado através de 2 indicadores de realização:

Indicador 1 – Taxa de análise dos pedidos de apoio

Descrição: Este indicador visa medir a eficácia na análise dos pedidos de apoio distribuídos à DRAPN pela AG do PDR2020

Fórmula de cálculo: $(n.º \text{ pedidos apoio analisados} / n.º \text{ de pedidos de apoio válidos}) \times 100$

Meta: 80%

Tolerância: 10%

Não cumprimento: < 70%

Superação: > 90%

Valor crítico: 100%

Métrica: % dos pedidos de apoio

Polaridade: incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: Análise dos pedidos de apoio

Referência para o valor crítico: ser o maior valor possível de alcançar

Fonte de verificação: Consulta à base de dados da AG

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Investimento

Demonstração do resultado:

PDR2020	Pedidos de Apoio entrados	Concluídos	Em Curso	Concluídos/Entrados (%)
	1.505	1.392	113	92,5

Durante o período de monitorização referido foram distribuídos à Direção de Serviços de Investimento 1.505 candidaturas, tendo sido analisadas até Dezembro 1.392, o que equivale a uma taxa de análise de 92,5%.

Indicador 2 – Taxa de análise de pedidos de pagamento

Descrição: Este indicador visa medir a eficácia na análise dos pedidos de pagamento que deram entrada na DRAPN no âmbito do PDR2020

Fórmula de cálculo: $(n.º \text{ pedidos pagamento validados} / n.º \text{ de pedidos de pagamento devidamente formalizados}) \times 100$

Meta: 80%

Tolerância: 10%

Não cumprimento: < 70%

Superação: > 90%

Valor crítico: 100%

Métrica: Percentagem dos pedidos de pagamento

Polaridade: Incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: Análise dos pedidos de pagamento

Referência para o valor crítico: maior valor possível de alcançar

Fonte de verificação: Consulta à base de dados do IFAP – IDIGITAL

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Investimento

Demonstração do resultado:

PDR2020	Pedidos de Pagamento	Analisados	Em curso	Concluídos/Entrados (%)
	2.374	2.222	152	93,6

O ano de 2018 foi caracterizado pela introdução de medidas com vista à mitigação da taxa de erro, em resultado da obrigatoriedade dos projetos serem todos visitados *in loco*, em sede do 1º pedido de pagamento, bem como da medição das áreas de plantação, com recurso a GPS. Como resultado, houve necessidade de se alocar mais recursos às análises de pagamentos, tendo as Delegações regionais da DRAPN trabalhado em articulação com as Divisões de Investimento, tendo em vista a execução das verificações físicas no local. Apesar de todos os constrangimentos, conseguiu-se atingir uma taxa de execução de 92%. Nesta data a taxa de execução do programa PDR2020 na região Norte situa-se perto da taxa de execução do PDR 2020 a nível nacional que ronda os 50%. As Medidas da transformação e comercialização, bem como as medidas dos pequenos investimentos apresentam taxas de execução superiores, na ordem de, 60 e 70%.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento dos indicadores, para se aferir o desempenho do presente objetivo:

OP1: Garantir a Execução do PDR2020.											Peso:	30%	
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.1	Taxa de análise de pedidos de apoio PDR2020	89%	91%	80%	10%	100%	50%	DS/DSOR	$(n.º \text{ de pedidos de apoio analisados} / n.º \text{ de pedidos de apoio validados}) \times 100$	93%	116%	Superou	16%
Ind.2	Taxa de análise de pedidos de pagamento PDR2020	79%	88%	80%	10%	100%	50%	DS/DSOR	$(n.º \text{ pp validados} / n.º \text{ pp devidamente formalizados}) \times 100$	94%	117%	Superou	17%
Taxa de Realização do OP1												116%	

Objetivo 2 – Garantir a execução do MAR 2020

Este objetivo é avaliado através de **2 indicadores** de realização:

Indicador 3 – Taxa de análise de pedidos de apoio

Descrição: visa medir a eficácia na análise dos pedidos de apoio distribuídos à DRAPN no âmbito do MAR2020

Fórmula de cálculo: $(n.º \text{ de pedidos de apoio analisados} / n.º \text{ de pedidos apoio válidos}) \times 10$

Meta: 80%

Tolerância: 10%

Não cumprimento: < 70%

Superação: > 90%

Valor crítico: 100%

Métrica: Percentagem dos controlos

Polaridade: Incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: análise dos pedidos de apoio

Referência para o valor crítico: ser o maior valor possível de alcançar

Fonte de verificação: SI MAR 2020 (AG)

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Investimento e Direção de Serviços de Desenvolvimento Rural.

Demonstração do resultado:

MAR2020	Pedidos de Apoio entrados	Concluídos	Em Curso	Concluídos/Entrados (%)
	130	130	0	100

A análise das candidaturas ao Programa Mar2020 durante o ano de 2018 decorreu como previsto e centrou-se particularmente na análise de candidaturas nas medidas de investimento respeitantes a Portos de Pesca, Transformação e Comercialização de Pescado e investimentos a bordo das embarcações. No período considerado, foram distribuídas à DRAPN para análise 130 candidaturas tendo sido todas analisadas até fins de Dezembro.

Indicador 4 – Taxa de análise de pedidos de pagamento

Descrição: este indicador visa medir a eficácia na análise dos pedidos de pagamento que deram entrada na DRAPN no âmbito do MAR2020

Fórmula de cálculo: $(n.º \text{ pp validados} / n.º \text{ pp devidamente formalizados}) \times 100$

Meta: 80%

Tolerância: 10%

Não cumprimento: < 70%

Superação: > 90%

Valor crítico: 100%

Métrica: Percentagem dos pedidos de pagamento

Polaridade: Incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: Análise dos pedidos de pagamento

Referência para o valor crítico: ser o maior valor possível de alcançar

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP – iDigital

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Investimento

Demonstração do resultado:

PROMAR	Pedidos de Pagamento entrados	Concluídos	Em Curso	Concluídos/Entrados (%)
	256	255	1	100

Quanto aos pagamentos dos 256 pedidos de pagamento foram analisados 255 pelo que podemos considerar uma taxa de execução de 100%. O único pedido de pagamento que ficou por analisar respeitava a uma embarcação que operava no Peru pelo que existiu a necessidade de se encontrar uma alternativa à verificação dos investimentos, situação esta já resolvida.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento dos indicadores previstos para se aferir o desempenho do presente objetivo:

OP2: Garantir a Execução do MAR2020												Peso:	15%
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.3	Taxa de análise de pedidos de apoio MAR2020	79%	93	80%	10%	100%	50%	DS/OSOR	$(n.º \text{ de pedidos de apoio analisados} / n.º \text{ de pedidos de apoio válidos}) \times 100$	100%	125%	Superou	25%
Ind.4	Taxa de análise de pedidos de pagamento MAR2020	100%	100	80%	10%	100%	50%	DS/OSOR	$(n.º \text{ pp validados} / n.º \text{ pp devidamente formalizados}) \times 100$	100%	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OP2													125%

Objetivo 3 – Garantir a execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis

Este objetivo é avaliado através de **3 indicadores** de realização:

Indicador 5 – Taxa de execução dos controlos VITIS

Descrição: Este indicador visa medir a eficácia na realização dos controlos VITIS solicitados á DRAPN em 2017

Fórmula de cálculo: $(n.º \text{ de controlos executados} / n.º \text{ controlos atribuídos}) \times 100$

Meta: 80%

Tolerância: 5%

Não cumprimento: < 75%

Superação: > 85%

Valor crítico: 100%

Métrica: % de controlos

Polaridade: Incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: execução dos controlos

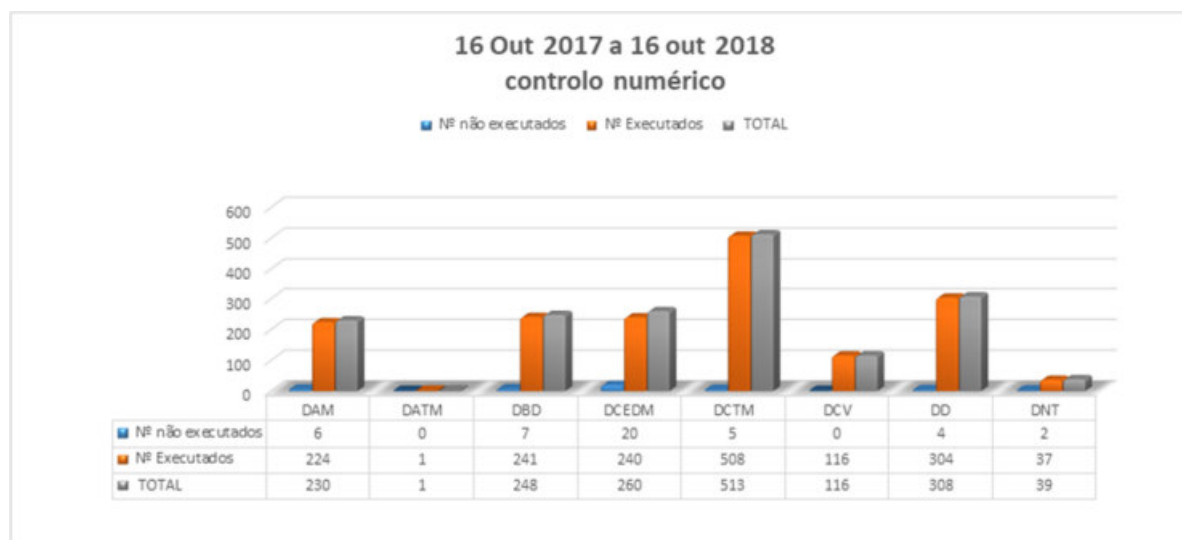
Referência para o valor crítico: ser o maior valor possível de alcançar

Sistema de informação: informação residente na base de dados

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP – iDigital

Unidade orgânica responsável: Direção de Serviços de Controlo e Estatística e Delegações Regionais

Demonstração do resultado: na presente campanha VITIS foram atribuídos 1715 controlos e executados, 1671, tendo sido atingido o resultado médio de 97,4%.



O nível de execução atingido, não tendo porém, abrangido a totalidade dos controlos solicitados, permitiu todavia assegurar a superação do indicador.

Indicador 6 – Taxa de análise dos processos VITIS

Descrição: Este indicador visa medir a eficácia na análise dos pedidos de apoio que deram entrada na DRAPN no âmbito do VITIS.

Fórmula de cálculo: (nº Processos analisados/nº processos entrados devidamente formalizados) x100

Meta: 85%

Tolerância: 3%

Não cumprimento: < 82%

Superação: > 88%

Valor crítico: 100%

Métrica: % dos pedidos de apoio

Polaridade: Incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: Análise dos pedidos de apoio

Referência para o valor crítico: ser o maior valor possível de alcançar

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP – iDigital

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Licenciamento

Demonstração do resultado: foram analisadas todas as 1.229 candidaturas submetidas na campanha 2018-2019, dentro do prazo estabelecido pelo IFAP. Foram ainda analisadas todas as alterações às candidaturas submetidas até 30 de setembro, das campanhas 2014-2015, 2015-2016, 2016-2017, 2017-2018 e 2018-2019, prévias ao pedido de pagamento/Pedido de libertação de garantia e relativas a alterações de titularidade, no total de 1.272 candidaturas. O total de candidaturas analisadas foi assim de 2.501.

Indicador 7 – Taxa de análise de pedidos de apoio PAN

Descrição: Este indicador visa medir a eficácia na análise dos pedidos de apoio que deram entrada na DRAPN no âmbito do PAN

Fórmula de cálculo: (nº de pedidos de pagamento válidos analisados/nº pedidos de pagamento válidos entrados) x100

Meta: 95%

Tolerância: 1,5%

Não cumprimento: < 93,5%

Superação: > 96,5%

Valor crítico: 100%

Métrica: % dos pedidos de pagamento

Polaridade: Incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: análise dos pedidos de pagamento

Referência para o valor crítico: ser o maior valor possível de alcançar

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP – iDigital

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Desenvolvimento Rural

Demonstração do resultado: no ano de 2018, foram analisadas todas as 10 candidaturas da região Norte para a campanha de 2019, rececionadas no IFAP, 9 das quais da Medida 1A «Serviços de assistência aos apicultores» e 1 da Medida 1B «Melhoria das condições de processamento de mel», donde resulta uma taxa de análise de 100%.

Indicador 8 – Taxa de análise de pedidos de pagamento PAN

Descrição: este indicador visa medir a eficácia na análise dos pedidos de pagamento que deram entrada na DRAPN no âmbito do PAN

Fórmula de cálculo: (nº de pedidos de pagamento válidos analisados/nº pedidos de pagamento válidos entrados) x100

Meta: 95%

Tolerância: 1,5%

Não cumprimento: < 93,5%

Superação: > 96,5%

Valor crítico: 100%

Métrica: % dos pedidos de pagamento

Polaridade: Incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: Análise dos pedidos de pagamento

Referência para o valor crítico: ser o maior valor possível de alcançar

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP – iDigital

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Desenvolvimento Rural

Demonstração do resultado: No ano de 2018, no 1.º semestre, deram entrada na DDR 7 pedidos de pagamento, os quais foram todos analisados até 30/06/2018, daí que o resultado deste indicador seja de 100%.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento dos indicadores previstos para se aferir o desempenho do presente objetivo:

OP3: Garantir a Execução de VITIS e PAN, assegurando que os fundos de apoio são atribuídos aos agricultores e apicultores elegíveis												Peso:	25%
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.5	Taxa de execução dos controlos VITIS.	99%	92%	80%	5%	100%	40%	DSCE	(nº de controlos recolhidos/nº de controlos atribuídos)x100.	97%	122%	Superou	22%
Ind.6	Taxa de análise dos processos VITIS.	100%	100%	85%	3%	100%	40%	DSAL	(nº Processos analisados/nº processos entrados devidamente formalizados)x100	100%	125%	Superou	25%
Ind.7	Taxa de análise dos pedidos de apoio PAN.	NA	100%	95%	1,5%	100%	10%	DSDR	(nº pedidos de apoio analisados/nº pedidos de apoio entrados)x100	100%	125%	Superou	25%
Ind.8	Taxa de análise dos pedidos de pagamento PAN.	100%	100%	95%	1,5%	100%	10%	DSDR	(nº pedidos de pagamento válidos analisados/nº pedidos de pagamento válidos entrados)x100	100%	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OP3													124%

Objetivo 4 – Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo in loco

Este objetivo é avaliado através de 3 indicadores. Detalha-se seguidamente a informação referente a estes indicadores:

Indicador 9 – 'Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Pedido Único

Descrição: este indicador visa medir a eficácia na execução da amostra relativa aos controlos do Pedido Único nomeadamente Ocupação Cultural, Superfícies, Prémios à componente animal, Condicionalidade Ambiental e Animal e outros integrados no PU

Fórmula de cálculo: (nº de controlos efetuados/nº. de controlos marcados)x100.

Meta: 95%

Tolerância: 3%

Não cumprimento: < 92%

Superação: > 97%

Valor crítico: 100%

Métrica: % dos pedidos de pagamento

Polaridade: Incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: Análise dos pedidos de pagamento

Referência para o valor crítico: ser o maior valor possível de alcançar

Fonte de verificação: Bases de dados do IFAP –iDigital

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Controlo e Estatística

Demonstração do resultado:

Tipo de controlo	Marcados	Executados	Resultado
SUP	7.424	7.424	100%
POC	437	437	100%
PVA	385	385	100%
PVL	118	118	100%
TOTAL	8.364	8.364	100%

O desempenho global da DRAPN fica a dever-se, em primeiro lugar, ao esforço e empenho de todos os agentes de controlo das Divisões de Controlo e restantes elementos da sua estrutura de apoio, mas também de controladores, viaturas e outros recursos materiais, disponibilizados às Direções Regionais em regime de “outsourcing”. Releva-se a importância que a Região Norte assume no contexto nacional, marcada por elevadas percentagens de marcação de controlos, superiores a 50% para a maioria dos tipos de controlo. A conjugação destes fatores possibilitou a superação do objetivo que lhe está associado.

Indicador 10 – Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo – Outras Ajudas

Descrição: este indicador visa medir a eficácia na execução da amostra dos controlos relativos às Florestas, Reforma Antecipada, PAN, Organizações de Produtores e outros

Fórmula de cálculo: (nº de controlos efetuados/nº. de controlos marcados) x100

Meta: 90%

Tolerância: 5%

Não cumprimento: < 85%

Superação: > 95%

Valor crítico: 100%

Métrica: %

Polaridade: positiva

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: execução dos controlos

Referência para o valor crítico: ser o maior valor possível de alcançar

Fonte de verificação: Base de Dados do IFAP – iDigital

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Controlo e Estatística

Demonstração do resultado: Quanto a este Indicador, e como se evidencia no quadro abaixo, assinala-se igualmente o cumprimento integral das solicitações na totalidade dos tipos de controlo.

Tipo de controlo	Marcados	Executados	Resultado
FLORESTAS	138	138	100%
REFORMA ANTECIPADA	0	0	100%
CNDIDE	218	218	100%
PAN	1	1	100%
CNDAMB	613	613	100%
TOTAL	970	970	100%

Indicador 11 – Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Investimento

Descrição: Este indicador visa medir a eficácia na execução da amostra dos controlos de investimento relativos ao PDR2020 e MAR2020, enviados pelo IFAP e AG MAR2020.

Fórmula de cálculo: (nº de controlos efetuados/nº. de controlos marcados) x100.

Meta: 90%

Tolerância: 5%

Não cumprimento: < 85%

Superação: > 95%

Valor crítico: 100%

Métrica: % dos controlos

Polaridade: Incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: Execução dos controlos

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Fonte de verificação: Base de dados do IFAP – IDIGITAL

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Controlo e Estatística

Demonstração do resultado: O resultado obtido neste indicador, 95,45%, reflete o esforço de controlo de projetos de investimento PDR2020 / MAR2020. O universo de ações de controlo selecionadas foi de 60 para o PDR2020 e 6 para o MAR2020, referentes respetivamente a 4 e 2 amostras. Foi assim concluído o controlo da totalidade das operações do MAR2020 e 57 operações do PDR2020. Os atrasos nos controlos das 3 operações que não foram controladas no período considerado no indicador, resultaram de pedidos de esclarecimentos ao IFAP, que vieram atrasar os procedimentos.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento dos 3 indicadores:

OP4: Asegurar a execução do Plano Anual de Controlo in loco.												Peso:	30%
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.9	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Pedido Único.	100%	100%	95%	2,5%	100%	50%	DSCE	(nº de controlos concluídos/nº controlos distribuídos IFAP)*100	100%	125%	Superou	25%
Ind.10	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Outras Ajudas.	100%	100%	90%	5%	100%	20%	DSCE	(nº de controlos concluídos/nº controlos distribuídos IFAP)*100	100%	125%	Superou	25%
Ind.11	Taxa de cumprimento do Plano Anual de Controlo - Investimento.	98%	100%	90%	5%	100%	30%	DSCE	(nº de controlos concluídos/nº controlos distribuídos IFAP e AG MAR de 1 de outubro de 2016 a 30 setembro de 2017)*100	95%	114%	Superou	14%
Taxa de Realização do OP4													122%

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

Objetivo 5: Reforçar o Controlo Interno

Indicador 12 – Nº de manuais de procedimentos elaborados

Descrição: este indicador visa medir o esforço efetuado para a criação de um sistema de controlo interno rigoroso e exigente que confira fiabilidade aos processos

Fórmula de cálculo: número de manuais de procedimentos elaborados

Meta: 1

Tolerância: 0

Não cumprimento: < 1

Superação: > 1

Valor crítico: 3

Métrica: nº

Polaridade: incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: desenvolver os manuais

Referência para o valor crítico: considerámos 1 manual, dado haver histórico e nos parecer um valor com um elevado grau de dificuldade de atingir.

Fonte de verificação: Relatórios de Atividades da DSDR e www.drapnorte.gov.pt/drapn/fpaa/

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Administração

Demonstração do resultado: foi elaborado um (1) manual de procedimentos intitulado “Manual de Procedimentos – Certificação de Entidades Formadoras, Homologação de Ações de Formação e Certificação/Encerramento de cursos” (Anexo 18). Trata-se de um instrumento de apoio a todos os agentes institucionais e particulares envolvidos na gestão da formação agrícola setorial. Aborda procedimentos relativos a diversas fases, designadamente, instrução, análise e decisão, referentes à certificação setorial das entidades formadoras, homologação das ações de formação e à respetiva certificação/encerramento no âmbito do MADRF.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do grau de cumprimento do presente objetivo:

OPS: Reforçar o controlo interno												P
Ind.	Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
Ind.12	Número de manuais de procedimentos efetuados.	NA	1	1	0	3	100%	DSA	Nº. de manuais de procedimentos elaborados	1	100%	Atingiu

OBJETIVOS DE QUALIDADE

Objetivo 6: Assegurar o reporte ao GPP dos indicadores de desempenho comuns que permite a comparação entre as DRAPs

O presente objetivo foi equacionado na sequência da aprovação de indicadores comuns de desempenho entre as cinco Direções Regionais de Agricultura e Pescas e o Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), por forma a operacionalizar o disposto no art.º 16.º da Lei 66-B/2007, de 28 dez. A forma de avaliação daqueles indicadores, possibilitará a comparação e, eventual, ordenação do desempenho entre as Direções Regionais, criando-se, assim, condições suscetíveis de processos de melhoria.

Este objetivo é avaliado através de 2 indicadores de realização:

Indicador 13 – N.º de reportes enviados ao GPP

Descrição: este indicador visa garantir a monitorização dos indicadores comuns às DRAP enquanto unidades homogéneas do MAFDR conforme previsto no art.º 16º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Fórmula de cálculo: (somatório anual do nº. de reportes)

Meta: 1

Tolerância: 0

Não cumprimento: < 1

Superação: > 1

Valor crítico: 2

Métrica: somatório anual do nº de reportes

Polaridade: Incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: executar e enviar os reportes

Referência para o valor crítico: considerámos 2 monitorizações por ser um valor histórico

Fonte de verificação: e-mail de envio ao GPP

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Controlo e Estatística

Demonstração do resultado: a DRAPN efetuou, no âmbito deste indicador, dois reportes ao GPP, correspondentes às duas monitorizações intercalares do Plano de Atividades, QUAR e Indicadores Comuns.

Indicador 14 - Prazo de entrega dos reportes

Descrição: este indicador visa garantir o envio dos reportes ao GPP no mais curto prazo possível

Fórmula de cálculo: prazo de entrega dos reportes após o fecho dos trimestres. (Média de dias úteis após o fecho dos trimestres).

Meta: 30

Tolerância: 10

Não cumprimento: > 40

Superação: < 20

Valor crítico: 5

Métrica: média de dias úteis após o fecho dos trimestres

Polaridade: incremento negativo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: enviar os reportes dentro do prazo

Referência para o valor crítico: maior valor possível

Fonte de verificação: e-mail de envio ao GPP

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Controlo e Estatística

Demonstração do resultado: qualquer um dos instrumentos de gestão referidos foram entregues antes dos prazos estabelecidos, o que permitiu superar a meta do indicador. Todas as unidades orgânicas concorrem para os resultados destes indicadores.

A DRAPN efetuou, no âmbito deste indicador, dois reportes ao GPP, correspondentes às duas monitorizações intercalares do Plano de Atividades, QUAR e Indicadores Comuns, o primeiro foi efetuado no 19º dia útil e o segundo no 17º dia útil, após o fecho do trimestre.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do grau de cumprimento do presente objetivo:

OOP6: Assegurar o reporte ao GPP dos Indicadores de Desempenho Comuns que permitem a comparação entre as DRAP.											Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind13	N.º de reportes enviados ao GPP. (somatório anual do nº. de reportes)	2	2	1	0	2	50%	dezembro	2	125%	Superou	25%
Ind14	Prazo de entrega dos reportes após o fecho dos trimestres. (Média de dias úteis após o fecho dos trimestres).	24	19	30	10	5	50%	dezembro	18	112%	Superou	12%
Taxa de Realização do OOP6												119%

Objetivo 7: Assegurar a satisfação dos clientes

A avaliação deste objetivo é efetuada através de **1 indicador** de realização:

Indicador 15 – Índice de satisfação escala de 1 a 5 em que Muito Mau (1), Mau (2), Razoável (3), Bom (4) e Muito Bom (5)

Descrição: este indicador visa medir o grau de satisfação dos clientes/utentes

Fórmula de cálculo: média aritmética das pontuações atribuídas a todos os itens por todos os respondentes no inquérito a utilizadores/clientes

Meta: 3,5

Tolerância: 0,5

Não cumprimento: < 3

Superação: > 4

Valor crítico: 5

Métrica: nº da pontuação

Polaridade: incremento positivo

Período de monitorização: último trimestre de 2018

Iniciativas/ações: elaboração de inquérito

Referência para o valor crítico: ser o maior valor possível de atingir

Fonte de verificação: respostas a inquéritos realizados e registo em Excel com o apuramento do resultado final

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Controlo e Estatística

Demonstração do resultado: *vide*, no presente documento, ponto II.9 *Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados.*

No quadro seguinte apresenta-se o resultado do grau de cumprimento do presente objetivo:

OOP7: Assegurar a satisfação do cliente											Peso:	25%
Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind15 Índice de satisfação Escala de 1 a 5 em que Muito Mau (1), Mau (2), Razoável (3), Bom (4) e Muito Bom (5). Média aritmética das pontuações atribuídas a todos os itens por todos os respondentes no inquérito a utilizadores/clientes	NA	4,19	3,5	0,5	5	100%	dezembro	4,24	112,33%	Superou	12%	
Taxa de Realização do OOP7												112%

Objetivo 8: Aumentar a qualificação dos colaboradores

A avaliação deste objetivo é efetuada através de 1 indicador de realização:

Indicador 16 – Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional

Descrição: este indicador visa apurar a taxa de recursos humanos da DRAPN que frequentaram ações de formação profissional

Fórmula de cálculo: (nº. de RH que frequentaram ações de formação/nº. total de RH)x100

Meta: 35%

Tolerância: 5%

Não cumprimento: < 30%

Superação: > 40%

Valor crítico: 66%

Métrica: % dos recursos humanos

Polaridade: incremento positivo

Período de monitorização: 01.01 a 31.12.2018

Iniciativas/ações: Promover uma oferta formativa abrangente e adaptada às necessidades do organismo e dos colaboradores

Referência para o valor crítico: Ser o maior valor alguma vez atingido nos ciclos de gestão anteriores

Fonte de verificação: base de dados da formação profissional

Unidade Orgânica responsável: Direção de Serviços de Administração

Demonstração do resultado: registou-se a participação de 385 trabalhadores/as em ações de formação, traduzindo-se numa taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional de 56%, valor superior ao verificado em período homólogo de 2017 (45,4%). A maioria das participações verificou-se em ações externas (79%), que compara com as ações internas (21%). Na globalidade foi frequentado um total de 15.877 horas de formação, sendo que 8.845 horas foram em formação externa e 2.255 horas em formação interna, o que se traduz numa média de 41 horas de formação por participante. Por outro lado, a grande maioria das ações frequentadas foram de curta duração, isto é, menos de 30 horas. A carreira/cargo mais representativa foi a de Técnico Superior com 228 participantes, seguida de Assistente Técnico com 114, correspondendo a 59% e 30%, respetivamente. Os serviços da DRAPN com maior número de horas de formação frequentadas foram a Divisão de Controlo de Trás-os-Montes (4.381h), Divisão de Controlo de Entre Douro e Minho (3.419h) e da Divisão de Investimento de Trás-os-Montes (889h). Os parâmetros abordados podem ser avaliados com maior detalhe no documento “Relatório de Análise à Evolução da Qualificação dos RH da DRAPN - 2018”, no anexo 4.

No quadro seguinte apresenta-se o grau de cumprimento do indicador previsto no presente objetivo:

OPB: Aumentar a qualificação dos colaboradores.												Peso:	35%
Indicadores	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO/Monit.	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.16	Taxa de RH que frequentaram ações de formação profissional.	50%	45%	35%	5%	66%	100%	DSCE	$(n^{\circ} \text{ de RH que frequentaram ações de formação} / n^{\circ} \text{ total de RH}) \times 100$	56%	117%	Superou	17%
Taxa de Realização do OPB													117%

II.1.4. Avaliação das Unidades homogéneas – Delegações, Divisões de Controlo e Divisões de Investimento

Unidades Homogéneas	Taxas de Execução		
	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Delegações Regionais			
Alto Minho	113,94%		
Alto Trás-os-Montes	114,34%		
Basto-Douro	121,03%		
Cávado-Vouga	122,00%		
Douro	118,79%		
Nordeste Trasmontano	113,74%		
Divisões de Controlo			
Trás-os-Montes	100%		
Entre Douro e Minho	100%		
Divisões de Investimento			
Investimento Geral	103,65%		
Investimento de Trás-os-Montes		99,71%	
Investimento Entre Douro e Minho	100,25%		
Investimento do Nordeste	104,66%		

As Unidades Homogêneas – Delegações - apresentaram um desempenho, entre si, muito próximo, com taxas de execução que variaram entre 113,74 a 122,00 %, valores que consideramos muito relevantes atendendo ao conjunto expressivo das suas atribuições. No que respeita às Divisões de Controlo, o respetivo desempenho na média dos três parâmetros em consideração, foi de igual valor e igualmente com a notação de “Bom”. Relativamente às Divisões de Investimento, a maioria das divisões evidenciaram um Bom desempenho. Em conclusão, os resultados obtidos, na generalidade, evidenciam um bom desempenho traduzido na superação da maioria dos objetivos propostos nos respetivos Planos de Atividades. Para maior detalhe, vide “Avaliação das Unidades Homogêneas” que consta no anexo 5.

II.1.5. Monitorizações e alterações

A monitorização do QUAR foi contínua tendo existido dois momentos de reporte, já referido anteriormente, de acordo com a seguinte calendarização:

- 1.º Relatório Intercalar – 26-07-2018;
- 2.º Relatório Intercalar – 25-10-2018

A recolha de informação junto das U.O. foi realizada pela Direção de Serviços de Controlo e Estatística, em ficha modelo construída para este efeito. Na sequência das monitorizações referidas foram realizados dois relatórios de monitorização.

II.2. Plano de Atividades – análise dos resultados

A demonstração e análise detalhada do contributo de cada uma das Unidades Orgânicas e respetiva atividade desenvolvida, encontram-se registadas no anexo 6 (Síntese da atividade desenvolvida pelas UO). No âmbito das atividades desenvolvidas, referem-se as constantes na execução do Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos (vide anexo 17).

Para avaliação do Plano de Atividades 2018 (anexo 7) foram selecionados 11 Objetivos operacionalizados pelas diferentes unidades orgânicas. Como se pode constatar, a taxa de realização dos indicadores selecionados registou a média aritmética de 125%. Em termos de execução, 9 objetivos foram superados e 2 foram atingidos.

II.3. Ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes

Além dos objetivos operacionais plasmados no QUAR 2018, foram incluídos no Plano de Atividades 2018 os objetivos das U.O. e outras iniciativas igualmente relevantes para a concretização da estratégia institucional e para o seu desempenho global. Não se registaram incumprimentos ou resultados insuficientes no que se refere a atividades enquadradas neste item.

II.4. Comparação com o desempenho de serviços idênticos

Não foram tomadas quaisquer iniciativas passíveis de enquadramento neste âmbito.

II. 5. O Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas – sua monitorização

Os organismos públicos foram instados, desde 2009, a elaborar Planos de prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, assim como realizar Relatórios Anuais de execução, na sequência de uma recomendação aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade administrativa que funciona junto do Tribunal de Contas (Recomendação nº 1/2009, publicada no Diário da República II série, nº 140, de 22 de julho).

A DRAPN efetuou um levantamento exaustivo junto de todas as Direções de Serviços e Delegações, com o objetivo de apurar, caracterizar e graduar os riscos presumíveis, bem como a indicação das medidas adequadas tendo em vista a prevenção, minoração ou eliminação dos riscos associados. A monitorização anual consiste na elaboração de um relatório com base no contributo efetuado pelos Diretores de Serviços, nomeadamente, sobre o balanço das medidas adotadas e das medidas por adotar, descrição dos riscos eliminados ou cujo impacto foi reduzido e daqueles que se mantêm e, por outro lado, os riscos identificados ao longo do ano que não foram contemplados no plano inicial. A revisão e validação anuais constarão de relatórios de execução, a elaborar por cada uma das Direções de Serviços, e compilados pela Direção de Serviços de Planeamento, Controlo e Estatística.

O Relatório Anual de execução do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas reflete as medidas tomadas face aos riscos identificados na DRAP Norte e inclui um balanço de execução do Plano (vide Relatório de Controlo Interno 2018, no anexo 8).

II.6. Avaliação do Sistema de Controlo Interno

A avaliação do sistema de controlo interno é determinada de acordo com o estipulado na alínea b) do nº 2 do art.º 15º da Lei nº 66B/2007, de 28 de Dezembro (D.R. nº 250, I série, 1º suplemento). Atendendo a que se verifica uma relação próxima entre controlo interno e a gestão de risco, o Relatório de Controlo Interno inclui o acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. A Avaliação do Sistema de Controlo Interno encontra-se individualizado no capítulo III do Relatório de Controlo Interno 2018 (anexo 8).

II.7 Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados

O Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) impõe um ordenamento jurídico, comum em todo o espaço da UE, que atualiza legislação com mais de 20 anos (Diretiva 95/46/CE, transposta para o ordenamento jurídico português pela Lei 67/98) e suprime a dispersão legislativa atual (uma lei em cada país da UE), de forma a facilitar o desenvolvimento económico, mas também para simplificar o exercício dos direitos dos titulares dos dados.

Durante o ano de 2018, a DRAPN desenvolveu um conjunto de iniciativas com vista à implementação das diretrizes aí previstas, as quais se transcrevem

Designação do Encarregado de Proteção de Dados:

- No dia 25 de maio de 2018, data em que o RGPD entrou em aplicação efetiva, a DRAPN comunicou à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) o nome e os contactos do seu Encarregado de Proteção de Dados (EPD), dando assim cumprimento ao n.º 7, do Art.º 37.º do RGPD;
- No âmbito do cumprimento do n.º 7, do Art.º 37.º do RGPD, a DRAPN criou o endereço de correio eletrónico epd@drapnorte.gov.pt;
- Foi publicada no site da DRAPN uma nova “Política de Privacidade” e divulgados os contactos do EPD.

Colaboração interinstitucional:

- No que diz respeito à atuação conjunta das DRAP, a DRAPN organizou uma sessão de trabalho que se realizou em Braga, no dia 09/05/2018. Nesta reunião, a DRAPN fez uma exposição do trabalho produzido até ao momento e partilhou todos os documentos de apoio elaborados (Despachos, Lista de Atividades, Ficha de Registo das Atividades de Tratamento, etc.). Estiveram presentes elementos das DRAP Centro, Alentejo e Algarve.

Sensibilização dos trabalhadores:

- Elaboração pelo EPD do artigo “**Regulamento Geral da Proteção de Dados: O papel do trabalhador da DRAPN**” que foi publicado no Boletim Informativo n.º 9, da Comissão de Trabalhadores da DRAPN;
- Em 14/12/2018, a equipa interna divulgou o folheto “**Regulamento Geral de Proteção de Dados – Sensibilização dos trabalhadores**”, com a apresentação de alguns conceitos básicos e princípios fundamentais, bem como comportamentos a adotar ou a evitar, visando alertar todos os colegas para a problemática da proteção de dados.

Inventário das Atividades de Tratamento de Dados Pessoais:

- A equipa interna da DRAPN desenvolveu a tarefa de “Identificação das Atividades de Tratamento de Dados Pessoais”, na lógica dos processos de negócio da DRAPN, independentemente das UO que neles participam, tendo identificado cerca de 50 Atividades externas e 30 Atividades internas. A informação recolhida inclui a proposta de identificação do Responsável pelo respetivo tratamento (DRAPN ou outro organismo). Esta lista foi enviada aos Diretores de Serviços para validação, no dia 17/12/2018.

Plano de ação:

- No dia 28/11/2018, a equipa interna terminou a edição e enviou para apreciação e aprovação superior, O Plano de Ação Global, com as atividades a desenvolver, respetiva decomposição em tarefas, proposta de responsáveis e calendarização.

II.8. Audição dos trabalhadores e dirigentes intermédios

Os dirigentes intermédios e demais trabalhadores que prestam serviço na DRAP-Norte foram auscultados para apreciação do seu grau de satisfação, através da realização de inquéritos *online* (conforme modelo constante no anexo 9).

Este questionário visou, fundamentalmente, abordar o grau de satisfação com a Organização, a gestão e sistema de gestão, analisando, separadamente, a gestão de topo e a gestão de nível intermédio, as condições de trabalho, o desenvolvimento na carreira e o nível de liderança, quer do gestor de topo, quer do gestor de nível intermédio.

Na tabela que se segue apresenta-se, em resumo, o universo da dimensão da amostra e frequência de questionários respondidos:

Designação	Dimensão da Amostra	%
Universo	686	100
Respostas	65	9,5

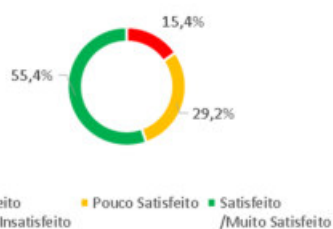
Os trabalhadores que responderam ao questionário disponibilizado *online* representam apenas cerca de 9,5% do total. Os resultados apurados apresentam-se sumariamente nas tabelas que se seguem, apesar de se tratar de um universo de respostas que não reflete o todo da DRAPN.

Satisfação Global dos trabalhadores com a organização

Satisfação global dos trabalhadores com a organização



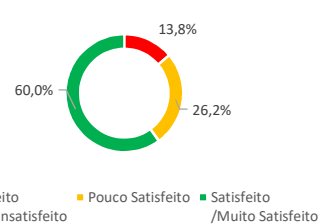
Imagem da organização



Desempenho global da organização (para a sociedade e cidadãos/clientes)



Relacionamento da organização com os cidadãos e a sociedade



Forma como a organização gere os conflitos de interesse



Igualdade em função do sexo

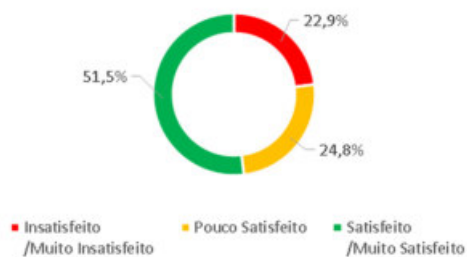


Mecanismos de consulta e diálogo entre trabalhadores e gestão



Satisfação dos trabalhadores com a Gestão e Sistemas de Gestão (Gestão de Topo)

Satisfação com a gestão e sistemas de gestão





Satisfação dos trabalhadores com a Gestão e Sistemas de Gestão (Gestão de nível Intermédia)

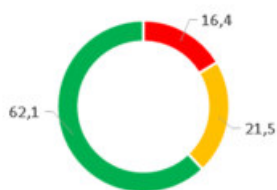


Satisfação dos trabalhadores com a Gestão e Sistemas de Gestão (Gestão de Topo / Gestão de nível Intermédia)



Satisfação com as Condições de Trabalho

Satisfação com as condições de trabalho



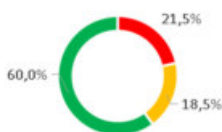
■ Insatisfeito /Muito Insatisfeito ■ Pouco Satisfeito ■ Satisfeito /Muito Satisfeito

Clima de trabalho



■ Insatisfeito /Muito Insatisfeito ■ Pouco Satisfeito ■ Satisfeito /Muito Satisfeito

Igualdade de oportunidades



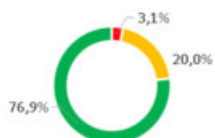
■ Insatisfeito /Muito Insatisfeito ■ Pouco Satisfeito ■ Satisfeito /Muito Satisfeito

Igualdade de tratamento na organização



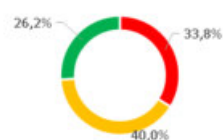
■ Insatisfeito /Muito Insatisfeito ■ Pouco Satisfeito ■ Satisfeito /Muito Satisfeito

Igualdade em função do sexo



■ Insatisfeito /Muito Insatisfeito ■ Pouco Satisfeito ■ Satisfeito /Muito Satisfeito

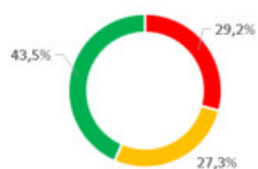
Condições de higiene e segurança



■ Insatisfeito /Muito Insatisfeito ■ Pouco Satisfeito ■ Satisfeito /Muito Satisfeito

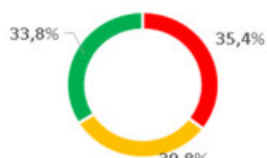
Satisfação com o desenvolvimento da carreira

Satisfação com o desenvolvimento da carreira



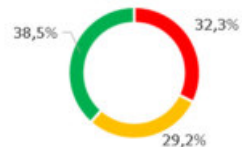
■ Insatisfeito /Muito Insatisfeito ■ Pouco Satisfeito ■ Satisfeito /Muito Satisfeito

Política de gestão de recursos humanos



■ Insatisfeito /Muito Insatisfeito ■ Pouco Satisfeito ■ Satisfeito /Muito Satisfeito

Oportunidade de desenvolver novas competências



■ Insatisfeito /Muito Insatisfeito ■ Pouco Satisfeito ■ Satisfeito /Muito Satisfeito

Privilégio em função do sexo

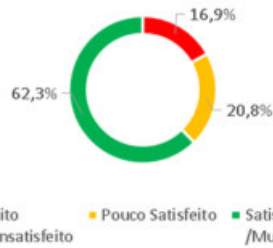


Acesso a formação relevante para desenvolver os objetivos



Níveis de Motivação

Níveis de motivação



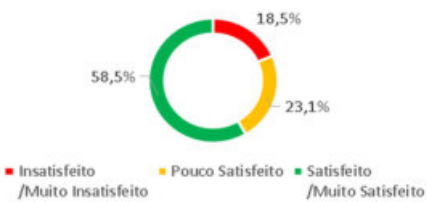
Satisfação em aprender novos métodos de trabalho



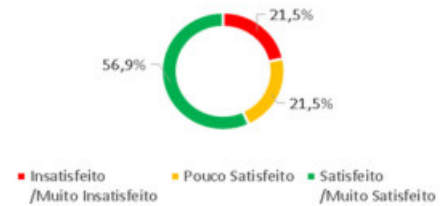
Satisfação em desenvolver trabalho em equipa



Satisfação em participar em ações de formação

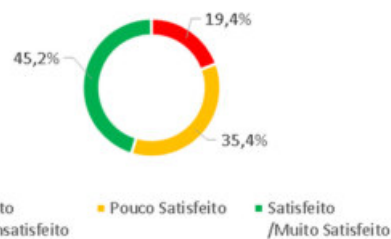


Satisfação em sugerir melhorias



Níveis de Satisfação - Satisfação com Gestor de Topo

Satisfação com a Gestão de Topo



Lidera através do exemplo



Informa e consulta os trabalhadores com regularidade



Aceita críticas construtivas





Níveis de Satisfação - Satisfação com Gestor Intermédio





Analisando o universo das respostas, conclui-se o seguinte:

Globalmente, os trabalhadores mostram-se maioritariamente satisfeitos com a organização, assim como com a “Gestão e Sistemas de Gestão”. Adicionalmente, relativamente a este tópico, o grau de satisfação “Satisfeito/Muito Satisfeito” é preponderante com a “liderança da Gestão Intermédia (64,6%), comparativamente à liderança da Gestão de Topo. Destaca-se pela positiva a atitude percecionada da Gestão Intermédia em “encorajar a confiança mútua e o respeito”, havendo uma preponderância do grau de satisfação “Satisfeito/Muito Satisfeito” de 75,4%. Nos temas de “Avaliação de Desempenho”, “Forma como os objetivos individuais são fixados” e “Postura da organização face à mudança” os graus de insatisfação foram preponderantes. Igualmente, no tema “Desenvolvimento da carreira”, a maioria das respostas apontam para uma insatisfação preponderante. Analisando as respostas ao grupo de questões “Satisfação com as condições de trabalho” a maioria das respostas apontam para uma preponderância dos graus de “Satisfeito/Muito Satisfeito”. Refira-se, no entanto, a insatisfação preponderante no tema “Condições de higiene e segurança”.

Paralelamente, é de salientar que os níveis de motivação são relativamente elevados, o que significa que os trabalhadores, mesmo os insatisfeitos têm ânimo para “aprender novos métodos de trabalho”, “desenvolver trabalho em equipa”, “participar em ações de formação” e “sugerir melhorias”.

Devem, face aos resultados apurados, ser averiguadas as causas da insatisfação manifestada, e, eventualmente, desenvolver métodos alternativos de trabalho que permitam inverter esta apreciação.

II.9. Apreciação pelos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados

Os utilizadores que interagiram com a DRAP-Norte foram auscultados para apreciação do seu grau de satisfação através da realização de inquéritos. Para o efeito, foi previsto no QUAR 2017 o objetivo 7 - *Assegurar a satisfação do cliente*, medido pelo Indicador 15 - *Índice de satisfação escala de 1 a 5 em que Muito Mau (1), Mau (2), Razoável (3), Bom (4) e Muito Bom (5)*; com a seguinte fórmula de cálculo: média aritmética das pontuações atribuídas a todos os itens por todos os respondentes no inquérito a utilizadores/clientes.

A determinação do índice de satisfação do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) e do Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (IFAP) foi efetuado com base em inquéritos (vide anexo 10), realizados no âmbito dos serviços prestados através da apresentação do “Relatório de Estado das Culturas e Previsão de Colheitas” e do “Quadro da Produção Vegetal”. No caso do GPP, os inquéritos foram realizados no âmbito dos serviços prestados no Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) e no âmbito da Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA), vocacionados para a satisfação da qualidade das contabilidades entregues e para a “Determinação Regional do Valor da Produção Padrão”.

Os questionários de avaliação da satisfação foram enviados por correio eletrónico, para as entidades referidas. Na tabela seguinte apresentam-se resumidamente os itens e respetivas notações, que foram objeto de classificação por parte das entidades referidas:

Entidade	Parâmetros avaliados	Notação
INE (ECPC)	Nível geral de satisfação com a informação quantitativa transmitida	4/1
	Comparação do exercício em relação ao ano anterior	↔
	Fiabilidade da informação quantitativa transmitida no âmbito do ECPC por grandes grupos e áreas geográficas	24/6
	Comparação do exercício em relação ao ano anterior	↔
	Nível geral de satisfação com a informação qualitativa transmitida no âmbito do ECPC	5/1
	Comparação do exercício em relação ao ano anterior	↑
	Nível de satisfação com a informação qualitativa transmitida no âmbito do ECPC por grandes grupos e áreas geográficas	65/13
	Comparação do exercício em relação ao ano anterior	↔
	Nível geral com o cumprimento dos prazos e com a continuidade da informação transmitida	5/1
	Comparação do exercício em relação ao ano anterior	↔
INE (QPV)	Fiabilidade da informação quantitativa transmitida no âmbito do ECPC por grandes grupos e áreas geográficas	34/8
	Comparação do exercício em relação ao ano anterior	↔
	Nível geral de satisfação com o cumprimento dos prazos para a informação transmitida no âmbito do QPV	5/1
	Comparação do exercício em relação ao ano anterior	↔
	Nível geral de satisfação com a coerência entre a informação transmitida no âmbito do ECPC e do QPV	8/2
	Comparação do exercício em relação ao ano anterior	↔
	Média INE	4,54
	INE comparação com o ano anterior (2018)	↔
	Mercados de Produção	

GPP (SIMA)	Tempo de resposta no registo das cotações em base de dados	4,67	
	Continuidade e fiabilidade na recolha das cotações e na sua transmissão	4,33	
	Qualidade das notas de conjuntura	3,27	
	Qualidade das análises de campanha	3,78	
	Mercados Abastecedores		
	Informação dos mercados abastecedores	4,67	
	Informação dos mercados dos abates de bovinos adultos	3,33	
	Informação dos stocks de maçã	5,00	
		Média SIMA	4,15
		SIMA comparação com o ano anterior (2017)	↓
GPP (VPP)	Valor da Produção Padrão (VPP)	4,0	
	Avaliação do exercício de 2017	3,8	
	VPP comparação do exercício em relação ao ano anterior	↑	
GPP (RICA)	Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA)	4,14	
	Avaliação do exercício de 2017	3,7	
	RICA comparação do exercício em relação ao ano anterior	↑	

Como se pode verificar analisando a tabela anterior, a notação do INE relativamente ao ano anterior manteve-se na generalidade, tendo sido atribuída a notação de 4,54 (escala de Likert de 1 a 5) e, o GPP subiu as notações em dois parâmetros avaliados (VPP e RICA); no entanto, a avaliação do parâmetro SIMA, decresceu. Globalmente, registou-se a notação média global de 4,20 (escala de Likert de 1 a 5), que compara com 4,24 registado no ano de 2017.

Para determinar o grau de satisfação dos utentes foram disponibilizados questionários em papel, aos cidadãos que se dirigiram aos locais de atendimento em 6 Delegações Regionais e Divisões de Investimento. O universo deste estudo abrangeu 359 inquéritos. O resultado global foi bastante favorável, a que correspondeu o valor de 4,38 que compara com 4,60, registado no ano de 2017. É de salientar que esta notação já representa uma fasquia relativamente elevada, daí que qualquer melhoria, em progressão numérica, seja mais difícil.

Assim, globalmente, o grau de satisfação dos utilizadores/utentes cifrou-se em 4,24, que compara com o exercício de 2017 (4,24) e permite concluir que a notação se manteve.

PARTE III – MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

A DRAPN oferece um conjunto expressivo de serviços, o que determina uma necessidade de flexibilizar e integrar procedimentos, visando maior capacidade de resposta em tempo e variedade.

Em linha com as orientações estratégicas que constavam no documento “Grandes Opções do Plano para 2018¹⁸”, nomeadamente no que respeita à “Modernização do Estado”, a DRAPN, visando a simplificação de processos e procedimentos para melhorar a gestão e a eficiência da utilização dos recursos e, conseqüentemente, o aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados enquanto entidade pública, deu continuidade a um conjunto de ações

¹⁸ Grandes Opções do Plano para 2018, Proposta de Lei nº 99/XIII/3ª.

de melhoria, estruturadas num plano (vide Anexo 11 – Plano de Ações de Melhorias). Assim, foi concluída a ação de melhoria 12 designada por “Disponibilizar a informação geográfica dos levantamentos por GPS, no âmbito das ações de controlo”. Esta ação tinha por objetivo permitir a um utilizador credenciado obter informação localizada espacialmente sobre projetos de investimento e outras condicionantes que auxiliassem a tomada de decisão. As restantes ações de melhoria que constavam naquele plano, encontram-se em execução. No entanto, a monitorização das ações de melhoria foi tida em consideração, no ano de 2018, no âmbito dos Indicadores Comuns das DRAPs.

PARTE IV – RECURSOS AFETOS

IV.1. Recursos Humanos

A execução do Mapa de Pessoal de 2018 encontra-se resumida na tabela seguinte

Vínculo	COD CAT	CATEGORIA	Nº de trabalhadores
01-COMISSÃO SERVIÇO	1	DIRECTOR REGIONAL	1
	2	DIRECTOR REGIONAL ADJUNTO	2
	3	DIRECTOR DE SERVICOS	5
	4	CHEFE DE DIVISAO	14
	5	DELEGADO REGIONAL	6
01-COMISSÃO SERVIÇO Total			28
02-CTFPTI	6	TECNICO SUPERIOR	324
	7	ESPECIALISTA DE INFORMATICA-GRAU1-NIV1	1
		ESPECIALISTA DE INFORMATICA-GRAU2-NIV1	2
		ESPECIALISTA DE INFORMATICA-GRAU2-NIV2	2
		ESPECIALISTA DE INFORMATICA-GRAU3-NIV1	2
		ESPECIALISTA DE INFORMATICA-GRAU3-NIV2	3
	8	COORDENADOR TECNICO	4
	9	ASSISTENTE TECNICO	235
	10	TECNICO DE INFORMATICA-GRAU1-NIV3	3
		TECNICO DE INFORMATICA-GRAU3-NIV1	1
	12	ASSISTENTE OPERACIONAL	64
	02-CTFPTI Total		
Total Geral ¹			669

¹ Trabalhadores em 31.12.2018

Informação mais desagregada sobre a distribuição dos trabalhadores por carreira e Unidade Orgânica poderá ser consultada no Mapa de Pessoal planeado para 2018 (anexo 12), Meios Humanos executados em 2018 (anexo 13) e respetiva pontuação (anexo 14). A dinâmica dos recursos humanos da DRAPN poderá ser consultada no Balanço Social (anexo 15).

Pontuação dos Recursos Humanos

Quadro de Meios Humanos

Grupos/Carreiras/Categorias	Pontuação (CCAS)	RH Planeados			RH Utilizados/Executados			Desvio (valor absoluto)
		N.º de efetivos planeados	UERHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.dez (Balança Social)	UERHE	Pontuação Executada	
Dirigentes - Direção Superior	20	3	687	60	3	687	60	0
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	25	5.725	400	25	5.692	398	0
Técnico Superior	12	334	76.486	4.008	324	69.237	3.628	10
Inclui Especialistas de Informática	12	12	2.748	144	10	2.040	107	2
Coordenador Técnico	9	4	916	36	4	916	36	0
Técnicos de Informática	8	4	916	32	4	876	31	0
Assistente Técnico	8	238	54.502	1.904	235	50.618	1.768	3
Assistente Operacional	5	74	16.946	370	64	13.204	288	10
Total:		694	158.926	6.954	669	143.268	6.269	25
Dias Úteis	229							
Taxa de variação de RH (%)	-4%							
Taxa de utilização de RH Pontuação Planeada	90%							
Taxa de utilização de RH Unidade Equivalente de Recursos Humanos	90%							

IV.2. Recursos financeiros

O ano de 2018 caracterizou-se pela continuidade em garantir um efetivo e rigoroso controlo da execução orçamental, tendente à aplicação da política definida no Orçamento do Estado para 2018. No anexo 16 e na tabela seguinte encontram-se resumidos os Recursos Financeiros planeados e executados:

DESIGNAÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Dot. Corrigida Líq de Cativos	Execução 31/12 Pagamentos	Desvio Executado Disponível	Tx Execução (planeado)	Tx Execução (corrigido)	Tx Execução (disponível)
Orçamento de Funcionamento (OF)	29.582.973	29.738.005	29.738.005	19.998.649	-18.504.878	68%	67%	67%
Receitas Gerais	17.494.441	17.517.958	17.494.441	17.413.770	-80.671	100%	99%	100%
Despesas c/Pessoal	16.630.068	16.630.068	16.815.866	16.815.856	-10	101%	101%	100%
Aquisições de Bens e Serviços	0	466.038	506.301	433.482	-72.819	0%	93%	86%
Outras despesas correntes	196.926	220.443	17.729	17.728	-1	9%	8%	100%
Despesas de Capital	667.447	201.409	154.545	146.704	-7.841	22%	73%	95%
Receitas Próprias	2.130.016	2.130.016	2.153.533	861.028	-1.292.505	40%	40%	40%
Despesas c/Pessoal	10.000	10.000	130.000	119.999	-10.001	1200%	1200%	92%
Aquisições de Bens e Serviços	1.723.473	1.774.533	1.666.232	685.911	-980.321	40%	39%	41%
Outras despesas correntes	89.250	89.250	112.767	36.986	-75.781	41%	41%	33%
Despesas de Capital	307.293	256.233	244.534	18.132	-226.402	6%	7%	7%
Fundos Comunitários	8.462.555	8.594.070	8.594.070	1.475.783	-7.118.287	17%	17%	17%
Despesas c/Pessoal	2.133.484	2.133.484	2.132.462	919.737	-1.212.725	43%	43%	43%
Aquisições de Bens e Serviços	1.189.999	1.241.193	1.242.215	424.002	-818.213	36%	34%	34%
Despesas de Capital	5.139.072	5.219.393	5.219.393	132.044	-5.087.349	3%	3%	3%
Transf para as AP's	1.495.961	1.495.961	1.495.961	248.068	-1.247.893	17%	17%	17%
Despesas c/Pessoal	412.950	412.950	412.950	162.454	-250.496	39%	39%	39%
Aquisições de Bens e Serviços	175.274	175.274	175.274	71.039	-104.235	41%	41%	41%
Despesas de Capital	907.737	907.737	907.737	14.574	-893.163	2%	2%	2%
Total (OF+OI+OV)	29.582.973	29.738.005	29.738.005	19.998.649	-18.504.878			

Decorrente da enorme dispersão geográfica dos serviços da DRAPN, as principais despesas no âmbito do OE Funcionamento, excluindo as despesas com o pessoal, abrange principalmente encargos com instalações (energia; limpeza e higiene e comunicações) e deslocações (combustíveis e ajudas de custo).

PARTE V – SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O contributo de cada uma das Unidades Orgânicas e respetiva atividade desenvolvida, assim como a síntese de atividades respeitante à Reserva Agrícola Nacional Norte, encontram-se no anexo 6.

V.1. Apuramento dos resultados do Plano de Atividades

A avaliação do Plano de Atividades e respetiva taxa de execução encontra-se no anexo 7 - Taxa de execução do PA_2018.

PARTE VI – SÚMULA DO BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social encontra-se no anexo 15.

PARTE VII - INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Não foram realizadas quaisquer iniciativas de publicidade institucional do Estado a que se refere a Lei 95/2015, de 17 de agosto, publicada no D.R., série I, nº 159/2015.

PARTE VIII – AVALIAÇÃO FINAL

VIII.1. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

Ao longo do presente documento foi relatada a atividade desenvolvida no ano de 2018 através da análise de dados quantitativos e qualitativos que constituem um testemunho dos bons resultados alcançados pela DRAP-Norte, pese embora as reduções verificadas nos recursos humanos face ao planeado, assim como da despesa de funcionamento. Da análise dos resultados obtidos, ficou demonstrado:

- A superação das metas em 15 indicadores do QUAR, com uma taxa de realização média do QUAR de 114%;
- Apresentação de taxas de realização dos indicadores não muito discrepantes relativamente às metas planeadas;
- Foi efetuada uma cuidadosa gestão orçamental consubstanciada numa execução final do orçamento de funcionamento inferior à dotação disponível, tendo sido obtida uma redução da despesa de funcionamento;
- Os parâmetros – Eficácia e Qualidade - foram superados, face ao previsto, tendo-se mantido a realização do parâmetro “Eficiência” (*vide* resultado global da avaliação final da DRAPN, em baixo);
- O grau de utilização dos recursos humanos foi inferior ao planeado;
- O grau de satisfação dos clientes/utentes, relativamente à apreciação global do serviço, foi bastante favorável a que correspondeu o valor de 4,38;

- O grau de satisfação dos utilizadores que interagiram com DRAP-Norte registou a notação média global de 4,20 (escala de Likert de 1 a 5), que compara com 4,24 registado no ano de 2017;
- A taxa de realização média do Plano de Atividades foi de 125%;
- O resultado global da avaliação final da DRAPN resume-se no quadro seguinte:

EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	QUALIDADE
Ponderação 50%	Ponderação 30%	Ponderação 20%
122%	100%	116%

VIII.2. Breve análise sobre a execução global do Plano de Atividades e seu reflexo na articulação com os objetivos da política pública

As atividades levadas a cabo pelas unidades orgânicas da DRAPN enquadram-se no contexto das respetivas competências, de acordo com a legislação em vigor, e concorrem para a realização dos objetivos globais identificados no âmbito do QUAR.

Numa perspetiva de enquadramento estratégico, as atividades realizadas pelas várias unidades orgânicas podem ser estruturadas da seguinte forma:

- As atividades diretamente relacionadas com os objetivos estratégicos definidos e aprovados;
- As atividades não diretamente relacionadas com os objetivos estratégicos que decorrem do exercício das competências das várias unidades orgânicas;
- As atividades que suportam a atividade do organismo e do Ministério.

A execução global do Plano de Atividades consubstanciado através da taxa de realização do Plano de Atividades e do QUAR reproduzem o bom desempenho da DRAP Norte. No presente documento efetuou-se uma justificação das atividades realizadas e prossecução dos objetivos operacionais do QUAR (ponto II.3. Considerações acerca da execução das atividades realizadas e prossecução dos objetivos). Os objetivos operacionais designadamente, “*garantir a execução do PDR2020*”, “*garantir a execução do MAR2020*”, “*garantir a execução de Vitis e PAN...*” e “*assegurar a satisfação do cliente*”, estão em relação direta com a Política Pública. Os três primeiros foram superados, enquanto a taxa de realização do último se manteve, relativamente às metas inicialmente definidas. Refira-se que a notação obtida no último objetivo já representa uma fasquia relativamente elevada, daí que qualquer melhoria, em progressão numérica, seja mais difícil.

Existem no entanto, outros objetivos que apesar de possuírem uma relação indireta com a Política Pública são atividades obrigatórias e decorrem de legislação comunitária, designadamente, “*Assegurar a execução do Plano Anual de Controlo in loco*”; este objetivo foi igualmente superado.

VIII.3. Proposta de menção qualitativa pelo Dirigente Máximo do Serviço

Na sequência dos resultados obtidos na autoavaliação e de acordo com o disposto no artigo 18º do nº 1 da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro, propõe-se que seja atribuída a menção qualitativa de desempenho de “**BOM**”.

VIII.4. Conclusões prospetivas

Hoje em dia o novo modelo de gestão pública, que liga o modelo burocrático à sociedade civil, baseia-se numa gestão que introduz formas de transparência e de prestação de contas no uso responsável dos recursos públicos.¹⁹ A capacidade dos serviços públicos para atuarem de forma eficaz e eficiente depende das respetivas políticas e práticas de gestão. Para se determinar o seu desempenho, é necessário medir, quantificar e avaliar com rigor, as suas atividades, práticas e processos.

Em linha com o documento de orientação estratégica “Grandes Opções do Plano para 2018”, a DRAPN promoveu a recomposição funcional dos serviços, realocando trabalhadores a determinados serviços e funções para fazer face às exigências de um serviço público mais eficiente e eficaz e para dar resposta atempada às exigências da prossecução do novo quadro comunitário de apoio à agricultura, concretizando a estratégia de adoção de soluções equilibradas de modo a evitar ruturas entre quadros de programação e assegurar a continuidade e previsibilidade dos investimentos. Numa perspetiva de gestão de procedimentos internos, a DRAPN deu continuidade aos esforços de modernização administrativa conducentes à prestação *online* de serviços públicos.

Na sequência da consulta realizada aos trabalhadores e dirigentes, serão operacionalizadas as seguintes sugestões:

- Fazer esforços no sentido de aumentar a sua participação no processo de melhoria contínua da organização;
- Dar continuidade à modernização de equipamentos informáticos e atualização de software;
- Reforçar a formação dos trabalhadores para o desempenho de funções menos especializadas e mais polivalentes;

O evidenciado justifica a necessidade de dar continuidade a iniciativas de anos anteriores, mas também de implementar novas iniciativas, adequadas ao contexto atual:

- ✓ Reavaliação periódica da estratégia de gestão de recursos;
- ✓ Implementação de procedimentos de auditoria interna;
- ✓ Aumento do número de procedimentos normalizados;
- ✓ Realização de reuniões promovidas pela Direção para reforçar a coesão e cooperação interna, visando o aprofundamento da comunicação e interação entre as diferentes Unidades Orgânicas;
- ✓ Investimento na formação dos recursos humanos, garantindo o acesso à frequência das ações de formação por parte dos trabalhadores de todas as carreiras;
- ✓ Melhorar a eficiência operacional dos serviços;
- ✓ Dar continuidade à desmaterialização de processos e procedimentos;
- ✓ Identificação das áreas que deverão ser objeto de aperfeiçoamento operacional de modo a garantir a satisfação dos clientes / utilizadores através de inquéritos de satisfação aos trabalhadores / clientes / utilizadores.

¹⁹ Carapeto, C. e Fonseca, F. (2006) Administração Pública – Modernização, qualidade e inovação, Ed. Sílabo, Lisboa, 429Pp.

PARTE IX – ANEXOS

Anexo 1 – Carta de Missão

Anexo 2 – QUAR 2018 Execução Anual

Anexo 3 – Indicadores Comuns DRAPs

Anexo 4 – Relatório de análise à evolução da qualificação dos RH

Anexo 5 – Avaliação das Unidades Homogéneas

Anexo 6 – Síntese da atividade desenvolvida pelas U.O.

Anexo 7 – Avaliação do Plano de Atividades

Anexo 8 – Relatório de Controlo Interno

Anexo 9 – Inquérito de apreciação do grau de satisfação dos trabalhadores e dirigentes intermédios

Anexo 10 – Avaliação da satisfação dos utilizadores_clientes

Anexo 11 – Plano de ações de melhorias

Anexo 12 – Mapa de Pessoal

Anexo 13 – Meios humanos e financeiros executados

Anexo 14 – Pontuação de RH

Anexo 15 – Balanço Social

Anexo 16 – Recursos Financeiros planeados e executados

Anexo 17 – Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos

Anexo 18 – Manual FPA